



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2017, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete, conforme Edital de Convocação publicado aos dez dias do mês de maio, no Diário Oficial do Município de número oitenta e sete, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, sob a Presidência do Vereador Thiago Ferro, para os Poderes Executivo e Legislativo realizarem a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano de dois mil e dezessete. O SR. PRESIDENTE:- Encontram-se presentes 36 (trinta e seis) dos Srs. Vereadores, havendo quorum para a continuidade dos trabalhos. Neste momento, solicito ao presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização e aos demais membros, para que tomem assento à Mesa. Gostaria de fazer o registro dos presentes que acompanham esta Sessão: servidores públicos; representantes dos sindicatos; equipe da Secretaria de Finanças da Prefeitura. Gostaria de fazer uma saudação ao Marco Busnardo, da Controladoria da Câmara Municipal de Curitiba; à Dra. Erica Frediani, também da Controladoria da Câmara Municipal de Curitiba; à Sra. Aline Bogo, Diretora de Finanças da Câmara Municipal de Curitiba; ao Diretor Geral da Câmara, Nilton Cordoní; ao Breno Lemo, que é Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças; ao Caio Zerbato, Assessor do Secretário; ao Márcio Heimoski, Gerente de Orçamento; ao Carlos Kukolj, Diretor de Orçamento; ao Jackson Nunes, Contador; Irineu Teixeira, analista de finanças; Oscar Rocker e César Bustolim, assessoria de comunicação; aos assessores Anderson Padovani, Henrique Viana, Claudinei Nogueira e Gil Piovesan. Conforme Requerimento nº 544/2017, aprovado em 09 de maio por esta Casa, os horários reservados à Ordem do Dia, ao Grande Expediente e às Explicações Pessoais na Sessão, estão destinados à Audiência Pública da Comissão de Economia e Finanças. Com a palavra Vereador Thiago Ferro, Presidente da Comissão.- Assume a presidência o Vereador Thiago Ferro, Presidente da Comissão.- O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de chamar os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para compor à Mesa, bem como a Sra. Aline Bogo e o Sr. Vitor Puppi. Cumprimento a todos os Vereadores, servidores, funcionários desta Casa, e a todos os curitibanos presentes. Declaramos aberta a Audiência Pública, da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os poderes executivo e legislativo demonstrem e avaliem o

cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2017. De acordo o que determina o § 4º, do Art. 9, da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Esta audiência terá duração de duas horas, com início às 9h44min. A Mesa acha-se composta pelas seguintes autoridades: Vereadora Professora Josete, Vereador Ezequias Barros, Vereador Mauro Ignácio, Vereador Dr. Wolmir, Secretário Vitor Puppi, Vereador Bruno Pessuti e da Sra. Aline Bogo. Esclarecemos que por questão de espaço, todos os membros da Comissão não puderam compor a Mesa, mas friso que além dos colegas a Comissão é composta pelos Vereadores Bruno Pessuti, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Bobato, Paulo Rink, Professora Josete, Sabino Picolo, Mauro Ignácio e Thiago Ferro. Agradecemos a presença de todas as autoridades, representantes de associações, entidades, funcionários, cidadãos e Vereadores. Os trabalhos da audiência pública obedecerão o seguinte roteiro: primeiro, explanação da Sra. Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças, quanto a gestão fiscal do Poder Legislativo; segundo, explanação do Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal de Finanças, a respeito dos relatórios do Poder Executivo; terceiro, concessão da palavra aos presentes, para comentários, sugestões ou questionamentos. Obedeceremos a seguinte ordem: os visitantes que se inscreverem através de formulário, que será disponibilizado pelo Plenário; segundo, os Vereadores que compõem a Comissão Permanente de Economia Finanças e Fiscalização e, por último, em terceiro, os demais Vereadores. Será concedido o tempo de dois minutos a cada inscrito para o seu questionamento. As inscrições dos visitantes deverão ser entregues aos assessores, até o final da explanação. A inscrição dos Vereadores será realizada em tempo oportuno. Vamos direto então, de imediato, concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças desta Casa de Leis.- A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia! Vereador Thiago Ferro, ao cumprimentá-lo cumprimento os demais membros da Comissão de Economia, cumprimento também o Secretário Vitor Puppi e toda equipe da Secretaria de Finanças, presente nesta Casa. Cumprimento os Srs. Vereadores, servidores e demais presentes. O objetivo desta audiência é que a Diretoria de Administração e Finanças do Poder Legislativo apresente, de forma resumida, todos os seus empenhos, demonstrando a avaliação das metas, com o relatório resumido da execução orçamentária e também o relatório de gestão fiscal. Começaremos com o valor do orçamento, que para o ano de 2017 ficou estipulado em cento e quarenta e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil. Foram oito milhões a mais do que no exercício do ano anterior, 2016. O orçamento foi aprovado pela Lei nº15.013, no final do exercício de 2016. Desse orçamento, no primeiro quadrimestre, de janeiro a abril, empenhamos trinta e seis milhões, oitocentos e catorze mil, representando 27.24% do nosso orçamento. Já recebemos, como transferências do Poder Executivo, quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e dois mil e devolvemos ao Poder Executivo quinhentos e um mil reais, aproximadamente, de aplicações financeiras. A despesa empenhada foi liquidada trinta e um milhões, cento e quarenta e nove mil, representando 20.94% e paga, trinta e um milhões cento e trinta e dois mil, representando 20.93%. A despesa da Câmara se concentra em três grupos: de despesa de pessoal, investimentos e outras despesas correntes, sendo que a despesa de pessoal é nosso maior gasto, de um orçamento de cento e quarenta e oito milhões, setecentos e setenta e oito, cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil ficou destinado às despesas de pessoal. Desse valor já foram empenhados vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, que representa 23% desse orçamento e representa 78.66% do valor empenhado no quadrimestre. Desse valor, temos as principais despesas que são os vencimentos e vantagens fixas, vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e um. Obrigações patronais no valor de cinco milhões, cento e quinze mil. Indenizações,

duzentos e noventa e três mil, setecentos e treze, e outras despesas de pessoal, num valor menor, de cinco mil, cento e setenta e sete reais. Nesse slide podemos ver a despesa de pessoal de uma forma mais detalhada, onde elas estão separadas em nossas duas ações, dois projetos de atividades que temos no Legislativo, que é um da manutenção da Administração e outro da manutenção das atividades político/parlamentares. Então, do total de vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, que foram gastos com despesa de pessoal, o valor de vencimentos e vantagens fixas na Administração é de oito milhões, trezentos e doze mil, e na atividade política trezentos e quinze mil. São alguns efetivos distribuídos nos gabinetes. O valor de subsídio, dois milhões, cento e sessenta e três mil. Vencimentos comissionados, nove milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil. Gratificação por exercício de função: novecentos e oitenta e dois mil. Gratificação por tempo de serviço: um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil. Férias e décimo terceiro: quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e dezesseis. Outros vencimentos e vantagens: setenta e um mil, duzentos e sessenta e um. Obrigações patronais: cinco milhões, cento e quinze. Indenizações, duzentos e noventa e três, onde duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta estão na Administração, quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois na manutenção das atividades políticas. O valor de outras despesas: cinco mil, cento e setenta e sete. Aqui um gráfico que representa a nossa despesa de pessoal, totalizou vinte e oito milhões e novecentos, aproximadamente vinte e nove milhões, onde a parte em azul representa o gasto com os efetivos, chegando a quase 50%, considerando aí também as obrigações patronais dos efetivos. Os comissionados, 40.73%. Subsídios, 8.89%. e as outras despesas que representam uma faixa bem menor, que são as indenizações e as outras despesas de pessoal, que aí entram auxílio alimentação, vale-transporte, entre outros. Excetuando a despesa de pessoal, que é o nosso maior grupo, temos ainda uma despesa com investimentos, que no nosso orçamento ficou previsto três milhões para serem investidos neste ano, onde estamos iniciando alguns projetos que serão executados mais para o segundo semestre. Então, no primeiro quadrimestre, o que tivemos de empenho foi um projeto para a adequação dos para-raios da Câmara Municipal e também alguns equipamentos de informática. Então, dos três milhões temos empenhados quinze mil, quatrocentos e oitenta e cinco. Outras despesas correntes, que é um grupo maior, temos praticamente vinte milhões orçados, dezenove milhões, novecentos e dezenove. Desse valor foi empenhado, sete milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e um no quadrimestre. Importante dizer aqui que esse valor empenhado não significa todo o nosso gasto, porque às vezes empenhamos contratos até o final do exercício. Então, ele não representa a despesa que foi efetivamente liquidada. Desse valor temos, com benefícios assistenciais, quinhentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte. Aqui estão incluídos auxílio funeral, auxílio creche e auxílio saúde. Material de consumo, trezentos e um mil, oitocentos e noventa e seis. Locação de mão de obra, serviços terceirizados, dois milhões, cento e noventa e seis mil. Outros serviços de terceiros e pessoa jurídica, quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, e outras despesas correntes, oitenta e um mil, seiscentos e noventa. As outras despesas correntes, esse grupo aqui é distribuído entre Administração e atividade político-parlamentar, Ouvidoria do Legislativo e a Escola. A Ouvidoria, apesar de não estar em funcionamento, o ano passado foi previsto no orçamento e foi empenhado alguns valores como locação de impressora, passagens, embora esse valor não tenha sido liquidado ele está empenhado na Ouvidoria. Então, temos com benefícios assistenciais cento e oitenta mil na Administração e trezentos e noventa e três mil na atividade dos gabinetes; material de consumo, trinta e três oitocentos e oito na Administração, duzentos e sessenta e oito mil e oitenta e oito na atividade política. Locação de mão de obra toda na Administração, dois milhões, cento e noventa e seis

mil, serviços de terceiros e pessoa jurídica dois milhões, cento e cinco, na Administração, dois milhões, quinhentos e setenta e sete nas atividades políticas. E outras despesas que é um grupo menor, vinte oito mil, quatrocentos e noventa. Nesse gráfico representamos toda despesa empenhada no quadrimestre, que são trinta e seis milhões, oitocentos e quatorze, que estão assim distribuídos: pessoal 78.66%, serviços, incluindo o serviço de terceiros e os terceirizados, 18.7%. Bens 0.86% e outras despesas 1.78%. Aqui trazemos os gastos com as viagens do quadrimestre. Então, o total nos quatro meses gastos entre Vereadores e servidores, foi de cinco mil, novecentos e setenta e nove, sendo que desses Vereadores e assessores, quatro mil, setecentos e vinte um e servidores mil, duzentos e cinquenta e oito. Esses gastos entre diárias, passagens e hospedagens. Despesas liquidada no quadrimestre, foram liquidadas das nossas obras em andamento para o sistema de ar condicionado, um total de um milhão, duzentos e onze mil, cento e sessenta e seis, despesa que foi empenhada no exercício anterior e foi liquidada nesse quadrimestre e também da obra de acessibilidade que foi empenhada em 2016 e liquidada nesse quadrimestre, cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois. Trouxe os principais gastos com contratos de materiais, que são de copa e cozinha, temos contrato com água mineral, açúcar, café, chá, copos e também gás, num total de quarenta mil, setecentos e cinquenta e nove; combustível liquidado no quadrimestre, cento e um mil, e material de higiene para reposição nos banheiros, treze mil e doze. Liquidações no primeiro quadrimestre com serviços, os principais serviços que representam a maior parte dos serviços contratados com a Sanepar, vinte e oito mil, duzentos e sessenta; contrato de clipe para a Diretoria de Comunicação de vinte e três mil e quinhentos. Gastos com energia elétrica, cento e vinte um mil, cento e cinquenta e seis; contrato de locação de impressora com a Empresa Interativa, de noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro; contrato com o CIEE de estagiário, cento e cinquenta mil, cento e quarenta e três; dois links de internet, um com a OI e outro com a Claro, de setenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete, totalizando os dois, locação de equipamentos telefônicos, Empresa Tricorp, oitenta mil, quinhentos e nove; locação de veículos, trezentos e noventa e nove mil, no quadrimestre, trezentos e noventa e nove, quatrocentos e sessenta e seis. Manutenção de bens e móveis, aqui temos alguns contratos, o mais significativo é o contrato com a Empac de manutenção predial, totalizando duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta, a liquidação no quadrimestre. Contrato de manutenção de software, Empresa Elotec, setenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete e gastos com telefones, trinta e seis, setecentos e setenta e sete. O liquidado no quadrimestre de serviços terceirizados: vigilância, um contrato com a Empresa Fiel, setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quinze; limpeza, empresa Higiserv, duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e um e outros serviços que incluem recepção, copa, garçons e os controladores de acesso, também com a Empresa Higiserv, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três. Importante destacar que foram feitas revisões nesses contratos, houve uma redução no contrato de vigilância de quarenta mil no mês, a partir de março; de limpeza de vinte mil; limpeza e outros com a empresa Higiserv, uma redução de vinte mil reais mensais. A posição de restos a pagar que foram inscritos ao final do exercício de 2016. Então, inscrevemos um total de cinco milhões, cento e setenta e nove mil de restos. Importante destacar que o valor inscrito teve o mesmo valor de disponibilidade financeira. Então, o valor que deixamos de restos a pagar, deixamos também em caixa para cobrir essas despesas. Nós já pagamos, até o quadrimestre, o valor de três milhões, cento e oito mil, e temos ainda a pagar dois milhões e setenta mil. Aqui a nossa posição de acordo com o limite da emenda constitucional, que diz que o Legislativo pode gastar apenas 70% da sua receita com folha de pagamento. Se formos considerar a nossa receita, o nosso orçamento, poderíamos gastar nesse ano cento e quatro milhões, cento e

quarenta e quatro mil e seiscentos com folha de pagamento, excetuando as obrigações patronais. Nós gastamos, até o quadrimestre, vinte e três milhões, oitocentos e quarenta. Isso representa um percentual de 16.02%. Ainda em relação aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, onde fala que o Poder Legislativo poderá gastar com despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida, 6%. Nós estamos com um valor bem abaixo do limite, onde temos uma receita corrente líquida, e aí calculado no exercício móvel dos últimos doze meses, então calculada de maio de 2016 até abril de 2017, uma receita total no Município de seis bilhões, quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro. É o mesmo valor que é utilizado para todos os relatórios que o Executivo demonstrará. Gastamos, no quadrimestre, com despesa de pessoal, excetuando as indenizações, noventa e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco, representando 1.48% da receita corrente líquida. Nós trouxemos aqui os dados detalhados conforme determina o art. 62 A da Lei Orgânica do Município de Curitiba, dizendo que essa administração, com o apoio da Comissão Executiva e do nosso diretor geral, tem procurado rever todos os seus contratos e tentando fazer uma redução, isso também estamos planejando os maiores investimentos para o segundo quadrimestre. No mais me coloco à disposição. Muito obrigada pela atenção.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Aline. Vamos fazer por etapa para que os números fiquem bem à mente? Primeiro, os visitantes. Nós temos alguma inscrição? Alguma pergunta? Ainda não? Passamos aos membros da Comissão de Economia. Alguma pergunta? Concedemos a palavra à Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Bom dia. São duas perguntas bem simples, Aline. Primeiro em relação à Escola do Legislativo. Tem um valor ali, até onde entendi é previsto, não foi executado ainda, de doze mil, duzentos e cinquenta e sete. Esse valor diz respeito a que ações da Escola? E a segunda, as obras com acessibilidade, de cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais, quais são as maiores ações em relação a essa obra? E qual o custo daquele elevador que foi instalado ao lado da rampa?.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Mauro Ignácio.- O Sr. Mauro Ignácio:- Bom dia. Aline, só para repassar, você falou de alguma revisão de contratos e de uma economia apurada já. Gostaria de saber qual a economia, o valor do montante dessa economia do quadrimestre?.- O SR. PRESIDENTE:- Mais alguma pergunta da Comissão de Economia? Com a palavra a Sra. Aline Bogo.- A SRA. ALINE BOGO:- Professora Josete, em relação à Escola do Legislativo, o valor que temos empenhado até o quadrimestre, de vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais, não está ainda totalmente liquidado. Então, é o empenho referente a impressora que fica na Escola e também o valor de passagens aéreas que foram destinadas para a Escola e outros materiais. São despesas empenhadas nos contratos, porque fazemos uma estimativa de quanto vai ser gasto em cada ação do nosso orçamento. Somente o que está sendo liquidado mensalmente é a impressora locada diretamente na Escola do Legislativo. Não tivemos outro gasto específico da Escola. Em relação à obra de acessibilidade, o valor que temos no quadrimestre é referente as medições. São três medições onde está incluída a medição da plataforma que se encontra entre o pátio do anexo I e anexo II e também o banheiro do anexo II que foi readaptado. O custo total dessa obra é de duzentos e trinta mil, aproximadamente, e foi liquidado cinquenta e três mil até o quadrimestre, que prevê a adequação da rampa no anexo I, adequação do elevador que vai ficar no anexo I, da plataforma do anexo II e do banheiro do anexo II. São essas as obras previstas nesse contrato com a empresa PAQT.- A Sra. Professora Josete:- Você teria o valor mais ou menos do custo do elevador da rampa do anexo II?.- A SRA. ALINE BOGO:- Do elevador especificamente não tenho. Eu sei o valor total da obra que era de duzentos mil e foi feito um aditivo de trinta mil.- O SR. ROBERVAL DONIZETE MOREIRA:- Quarenta e um mil.- A Sra. Professora Josete:- Obrigada.-

A SRA. ALINE BOGO:- Vereador Mauro Ignácio, em relação à economia, tivemos uma redução nos contratos com os Correios. É uma redução de 46,77% do valor de 2016 em relação a 2017, mas esse contrato, o valor que foi liquidado até o quadrimestre em relação ao ano passado, teve uma redução de 99% no valor. Nós tivemos, ano passado, em quatro meses, valores liquidados de quinhentos mil e nesse quadrimestre o nosso gasto foi de dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais. Contrato da vigilância, tínhamos um valor mensal de cento e noventa e oito mil e a partir de março o valor ficou em cento e cinquenta e nove mil, uma diferença de quarenta mil reais mensais. Esse contrato vai até meados de julho, nossa estimativa é que vai ter uma redução no contrato de 20% até o final dele. Nós estaremos licitando esse serviço a partir de julho. E o contrato de limpeza e outros serviços que inclui recepção, copa e os controladores de acesso, uma mensalidade de cento e cinquenta e sete mil que passou para cento e trinta e sete mil. Então, uma redução mensal de vinte mil, aproximadamente. Uma redução no contrato de 12,79%.- O Sr. Mauro Ignácio:- Os valores somados você não tem?.- A SRA. ALINE BOGO:- Somados não.- O Sr. Mauro Ignácio:- A gente pega mais tarde, então. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Aline. Vamos abrir aos demais Vereadores para perguntas, com bloco de três em três, começando com o Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Aline e, juntamente com ela, toda a equipe de Finanças da Câmara, dizer à população que a Câmara está em dia com as suas obrigações, principalmente com os órgãos de controle. Todos os nossos relatórios financeiros ao Tribunal de Contas estão sendo enviados em dia, os nossos balanços também são enviados em dia. Isso é importante deixar muito claro e transparente as ações administrativas da Câmara. Nesse tocante, também cumprimento o Diretor Geral Nilton Cordoni, com toda a administração da Câmara e servidores. Eu gostaria de fazer uma reflexão sobre os números apontados e algumas medidas que tomamos desde o início do mandato enquanto Presidente, juntamente com a Mesa Diretiva e juntamente com a Comissão Executiva. Nós focamos num esforço muito grande no controle de gastos. Em conjunto com a administração da Câmara, tivemos êxito na redução de vários contratos de prestações de serviços à Câmara, em alguns momentos até dispensamos serviços de terceirizados. Fizemos, está em curso agora, acredito que no próximo mês teremos uma grande redução no serviço de locação com veículos disponibilizados à Câmara Municipal, acredito que teremos também um êxito nessa redução de custos do serviço. Fizemos uma conversa com os trinta e oito vereadores e houve um entendimento do nosso modelo de serviço postal na Câmara, alteramos o sistema de compra, ao invés do serviço de postagem de selo, hoje ele é por chancela e exige uma transição. Muitos Vereadores entendendo a modalidade das redes sociais, têm adotado muitos serviços das redes sociais, também evitando essa despesa. Então, são essas iniciativas que propusemos e estamos muito focados a esse controle de gastos, economia com recurso público. Então, neste momento faremos no primeiro semestre um balanço, mas como o quadrimestre exige que façamos essa prestação de contas...(ausência de som) estão sendo divulgados. Queria também parabenizar os trinta e oito Vereadores que têm compreendido muitas ações da Mesa. Muitas vezes temos feito um esforço em conjunto com esta Casa, entendendo o corte de despesas. Então, gostaria de parabenizar a nossa administração de forma geral, mas também os Vereadores que compreenderam essa meta que determinamos neste primeiro ano de mandato, enquanto Presidente da Câmara. Então, só para deixar a população informada, as obrigações da Câmara estão em dia com todos os órgãos de controle, isso que é importante ressaltar aqui. Agradeço, cumprimento o Secretário de Finanças, Puppi, que está conosco novamente; cumprimento o Vereador Thiago Ferro e os membros da Comissão de Finanças que tem feito um excelente trabalho na Comissão, cumprimento a todos os servidores da Câmara que

também tem se empenhado e focado juntamente para a busca dessa meta de controle de gastos. Então, fica aqui o meu agradecimento. É apenas uma reflexão em cima dos números demonstrados. Era isto, obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, quero parabenizar a explanação da Aline, quero parabenizar também o Presidente desta Casa, juntamente com a Mesa Executiva, que tem trazido a esta Casa a preocupação do controle de contas e as economias aqui feitas. Eu gostaria de perguntar, Aline, você enquanto servidora desta Casa e entendida do assunto, temos que pensar em uma gestão moderna, sabemos que o duodécimo desta Casa, as economias tem voltado para a Prefeitura e até então sem nenhum parâmetro dos gastos, é somente devolvido. Há uma possibilidade, enquanto valorização dos servidores desta Casa, de o dinheiro ficar aqui para pensarmos num plano de carreira para esses servidores, pensar num plano de carreira adequado para os servidores da Casa, isso é possível? Sem a necessidade de devolução à Prefeitura, sem nenhum controle desta Casa no sentido de gastos, a não ser solicitado por informação. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereador Felipe Braga Côrtes.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- O que me chamou a atenção é o valor da vigilância, da questão dos seguros, setecentos mil reais por quatro meses, cento e poucos mil por mês. Esse contrato de segurança, não sei se tem os dados, qual o número de profissionais que envolve isso? São todas os seguros, os que fazem a segurança do Plenário e também do espaço físico da Câmara. Pelo que você falou vai ter um novo contrato a partir de julho, uma nova licitação?.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Aline Bogo.- A SRA. ALINE BOGO:- Quero agradecer ao Vereador Serginho do Posto pelas palavras. Vereadora Noemia Rocha, em relação à economia da Câmara, havia a possibilidade de que essa economia ficasse aqui a partir do momento que tínhamos uma lei, que era do fundo especial, que previa que o dinheiro da economia pudesse ficar aqui com o objetivo específico de construção de uma nova sede. Ao final desse exercício, o valor que não for empenhado no nosso orçamento, deveremos devolver ao Executivo. Temos que devolver ao Executivo. Ficamos com o valor se for feito um projeto e for empenhado o valor ainda este ano.- A Sra. Noemia Rocha:- Seria um projeto de lei desta Casa ou só da Mesa?.- A SRA. ALINE BOGO:- Um projeto de lei ou projeto de contratação de uma assessoria ou uma empresa para fazer esse plano de carreira.- A Sra. Noemia Rocha:- Não existe uma alínea que diz que possa ficar aqui?.- A SRA. ALINE BOGO:- Não, não pode ficar aqui. A economia é devolvida ao Executivo. Só poderia ficar aqui quando existia a Lei do Fundo Especial. Como o fundo foi extinto, todo valor economizado no fundo desde 2009 foi devolvido ao Município no ano passado, agora não temos mais o fundo, todo o valor que sobra é devolvido ao município. Pode ser feito antes do final do ano uma anulação no nosso orçamento suplementado no orçamento do município também.- A Sra. Noemia Rocha:- Isso é possível?.- A SRA. ALINE BOGO:- Isso é possível. Vereador Felipe Braga Côrtes, em relação à vigilância, tivemos uma supressão. De seis vigilantes ficaram vinte e oito no contrato, que é um número também previsto na licitação que está em andamento já. Roberval, tem data prevista? (Responde fora do microfone). A licitação vai ser na sexta-feira.- O Sr. Paulo Rink:- Presidente, só para complementar a Vereadora Noemia, uma pergunta rápida, e se a Aline puder confirmar os dados, por fazer parte da Comissão Executiva passada, o único remanescente, o projeto de lei que existia para a reforma desta Casa, que foi devolvido e decidido, não teve a minha assinatura, todos sabem, a Aline que está aqui sabe que fui contra, porque ter um projeto de lei para a construção de um novo prédio, e a necessidade hoje notória, ao invés de ficar fazendo eternas reformas. Trabalhamos momentaneamente na Câmara Municipal, mas os funcionários de carreira que aqui estão enfrentam esse problema num prazo mais longo. A questão do subsídio dos funcionários, Noemia, já existe a previsão, já está no orçamento que

foi mostrado, não há necessidade de criação de uma nova lei. O que podemos sim fazer, e já pedi ao presidente Serginho do Posto para que fizéssemos uma nova lei, e isso é possível como a Aline acabou de falar, devolvemos aos cofres do município no ano passado sessenta milhões, dos quais não temos em nenhum momento o poder da administração. Isso o Puppi, o secretário, sabe, é a cargo da Prefeitura. Não nos cabe em nenhum momento fazer a administração desse valor. Temos que cuidar da Câmara Municipal, que na parte financeira é feita pela Aline, muito bem feito, diga-se de passagem. Trabalhamos dois anos com eles, tanto o RH, o Roberval que começou na licitação, e tantos outros funcionários que tiveram a oportunidade e que vêm fazendo um bom trabalho, tanto é que o presidente atual, o Serginho, manteve a maioria da equipe que por nós foi chamada. Mas no tocante às sobras da Câmara Municipal, acho que se dá muito à maneira como a Câmara Municipal vem trabalhando a sua administração, tanto nas gestões passadas como no momento. Economias como a licitação dos carros, que já foi feita uma nova economia pela nova comissão executiva, foi feita também na nossa gestão uma licitação com mais de dezenove empresas, com imprensa acompanhando, muita gente envolvida no processo e na transparência do processo. Lembro da Projuris nos dando um auxílio com três advogadas, constantemente, o dia inteiro, naquela licitação. Acho que agora um pouco mais experiente o Roberval, que pegou uma bomba viva no início do projeto, hoje está administrando com mais transparência, a segurança é necessária. Mas, Aline, na sua opinião, e eu sei que essa é uma pergunta difícil, esse fundo é necessário ser feito? Para que os Vereadores entendam a necessidade dos funcionários. Porque passamos por aqui durante quatro anos, talvez mais, ou menos, com uma segunda eleição ou terceiro mandato, a não ser o Vereador Jairo Marcelino, que já é um decano desta Casa. Acho necessário refazer e repensar essa lei, mesmo que o Secretário Puppi fique um pouco chateado, porque é um valor que temos uma previsão orçamentária, para a construção de um novo prédio. Eu acho possível, gostaria de saber a sua opinião. É uma opinião, claro, política, não técnica, porque em números não somos técnicos. Mas eu gostaria de escutar você, como responsável financeira desta Casa.- A SRA. ALINE BOGO:- Vereador Paulo Rink, eu também era a favor da construção da nova sede. Mesmo porque temos muita demanda com a manutenção dos cinco prédios que temos. Existem duas possibilidades: podemos criar um fundo novamente, ou podemos utilizar a nossa economia anual e irmos construindo pouco a pouco uma nova sede. Com a economia de um ano, compramos um terreno; com a economia do segundo ano, fazemos o projeto; com a do terceiro, começamos. E eu acredito que, aí, numa economia de uns três, quatro anos, teríamos o prédio construído.- O SR. PRESIDENTE:- Mais algum Vereador? (Pausa). Vereador Oscalino do Povo.- O Sr. Oscalino do Povo:- Aline, foi encaminhado à Prefeitura o valor arrecadatório da Câmara Municipal? Assim, como podemos dizer, houve um direcionamento de onde aplicar? Em alguns equipamentos públicos, em creches, ou alguma coisa que você possa nos dizer, por favor?.- A SRA. ALINE BOGO:- O valor devolvido ao Executivo entra como recurso livre, não tem uma fonte de recurso específica. Então, o Município é que decide como vai utilizar esse valor, tanto o valor que foi devolvido no ano anterior, em 2016, com a extinção do fundo, como o valor que repassamos todo o mês, dos nossos rendimentos. E mesmo quando, em anos anteriores ou nos próximos, há uma devolução do orçamento, também isso vai para o recurso livre, e aí é o Executivo que define como que utiliza esse valor.- O SR. PRESIDENTE:- Vereador Felipe Braga Côrtes.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Eu queria só contribuir com o que foi falado a respeito do fundo, e eu já havia comentado com o Vereador Serginho do Posto. Se vocês derem uma olhada naquela ponta lá, verão a rachadura gigante que está lá, e já faz algum tempo. Isso aqui é um prédio histórico, não deveria nem estar sendo usado para o que está sendo usado. E

eu acredito que, de todos os prédios, todos têm que ter manutenção, mas esse aqui é muito especial, porque é tombado. Foi feito, veja, se não me engano, na gestão do João do Suco, entre João do Suco e Paulo Salamuni, e já está todo comprometido, dá para ver pela parte de cima, as pinturas. Eu vejo que, realmente, Sr. Presidente, temos que ter uma preservação constante deste prédio. Isso aqui é um patrimônio da Cidade. E tem que ter um dinheiro para isso. Além do resto dos outros edifícios. Era essa a contribuição.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Eu só vou fazer um comentário a respeito. Primeiro, Vereador, quando foi feita a restauração, só foi feita externamente. Infelizmente, na época, não foi previsto o restauro interno, apenas a substituição dos móveis e do sistema. Fizemos hidráulica, elétrica, e só faltam agora a pintura e o gesso estuque, que isso aqui é muito antigo, ainda é o sistema de gesso estuque. Temos mantido uma conversa com o Cosedi, para que eles sempre façam a vistoria de tempos em tempos, para verificar se há algum risco. Quanto a essa decisão, é uma decisão que vai ser tomada em conjunto com os Vereadores. Temos alguns edifícios que pertencem à Câmara, podemos começar a pensar, talvez, em fazer uma parceria, ou fazer uma permuta, para que venha a ser construído o prédio. Mas estamos pensando, a partir do segundo semestre, em começar a discutir com os Vereadores, que acho importante, a questão do patrimônio, como que se mantêm todos os anexos funcionando e a manutenção do dia a dia da Câmara. Agradeço e sempre temos conversado a respeito disso. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a contribuição, Vereador Serginho do Posto. Agradeço a Aline pela participação. Mais uma vez também a participação do Anderson Padovani, Henrique Viana, Claudinei Nogueira, Gil Piovesan, Erica Frediani - da Controladoria, o Breno Lemo - Superintendente, Caio Zerbato, Márcio Heimoski, Carlos Kakolj, Jackson Nunes, Irineu Teixeira, Oscar Rocker, César Brustolin, Marcos Brunardo, que participam conosco dessa audiência pública. De imediato, passamos a palavra ao Secretário Municipal de Finanças, Sr. Vitor Puppi, que terá quarenta minutos para a sua explanação. Seja bem-vindo, Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Bom dia a todos. Exmo. Vereador Thiago Ferro, Presidente da Comissão de Economia, em nome de quem cumprimento todos os Vereadores da Comissão e da Mesa. Exmas. Vereadoras, Exmos. Vereadores, servidores, senhoras e senhores presentes, equipe de finanças, a quem agradeço a presença. Vamos iniciar a apresentação do primeiro quadrimestre e, naquele modelo que havíamos proposto já com relação ao último quadrimestre de 2016, uma apresentação mais dinâmica, em que sejam comparados os dados. Por vezes nos deparamos com números de dezenas de milhões, ou centenas de milhões e fica, de fato, às vezes um pouco complicada de entender qual é a comparação, o que vem ocorrendo no âmbito do Município, do Poder Executivo. A apresentação é direcionada a essas comparações, para apresentar qual é a posição atual orçamentária e financeira do Município. Vamos começar pelas receitas. Nas receitas do Município temos de previsão inicial sete bilhões e trezentos milhões de reais. A nossa receita realizada até o momento, de dois bilhões e seiscentos milhões de reais. No comparativo com 2016, a nossa receita corrente caiu 4.64%, isso considerando a inflação no período. Aí passamos a receita de capital, uma previsão estimada de quinhentos e quarenta e seis milhões e uma receita realizada de trinta e sete milhões, nesse primeiro quadrimestre. Caímos 23% com relação ao mesmo período de 2016. A receita intraorçamentária que de fato é aquela receita mais especificamente do RPPS, do Regime Próprio de Previdência Social e também das indiretas, de cento e sessenta e seis milhões de reais, também caímos em 37.8%. Temos uma receita total, do primeiro quadrimestre, realizada de dois bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões de reais, que significa, na prática, que em termos reais a nossa receita, em comparação a 2016, caiu quase 5%. Em 2016 não tínhamos um cenário favorável, já estávamos na crise econômica, obviamente ainda continuamos atravessando a crise econômica e política do País, mas se já

tínhamos uma situação um pouco comprometida em 2016, em 2017 a situação piora um pouco, pelo menos nesse primeiro quadrimestre, em que as receitas, em termos gerais, continuam caindo. Vamos aprofundar um pouco com relação aos impostos e vai ficar mais claro isso. As nossas receitas tributárias, dos impostos do Município em comparação aos últimos anos, o que vem subindo de fato é o IPTU. Eu diria só que não vem subindo, devido ao trabalho que foi feito no passado, nas gestões passadas, mas vem de fato até equilibrando ou suprindo a ausência de recursos em outras áreas. Então, o nosso IPTU de duzentos e trinta e dois milhões em 2014, foi para trezentos e trinta milhões em 2017. Por outro lado, temos o Imposto de Renda na fonte de cento e quatro milhões para cem milhões. O que é o Imposto de Renda retido na fonte? É, em grande parte ou em maior parte, o valor que fica para o Município, que é retido dos servidores. Com esse valor a União Federal não recebe o recurso, ele fica já para o Município. Então, dobramos a arrecadação, praticamente, de 14 para 17. O que reflete na realidade, o aumento da folha salarial do Município, que já tivemos a oportunidade de explicar em momentos passados. O nosso ITBI está em oitenta e oito milhões, ou seja, estamos próximos a valores históricos, sem considerar a inflação de 2014. Daí sim, o dado mais preocupante que é o ISS, que é o nosso principal tributo, ele representa em torno de um bilhão e cem milhões de reais por ano, mas estamos voltando a níveis de 2014. Então, arrecadamos trezentos e trinta e um milhões agora no primeiro quadrimestre, enquanto que em 2016 havíamos arrecadado trezentos e cinquenta e quatro, em 15, trezentos e trinta e nove, e em 14 trezentos e vinte. Isso sem considerar a inflação. Então, nosso principal tributo - isso eu já tenho apresentado nas últimas reuniões, nas últimas oportunidades que tive de comparecer a esta Casa - ele tem caído. Aqui uma comparação interessante com relação ao que é a nossa arrecadação, o que compõe a nossa arrecadação hoje. Percebam que em termos percentuais o ISS perdeu um pouco de significância, e o IPTU, lá embaixo, ganhou bastante. Então, de 33% em 2016 que o IPTU representou no quadrimestre, passou a 37%, lembrando que o Município já recebeu agora no primeiro quadrimestre a maior parcela do IPTU. O Município continua recebendo o parcelado, mas aquele valor mais expressivo, o valor de fato, que entra para o caixa do Município, ele entrou agora em fevereiro, entrou agora em março, que foi o pagamento à vista. O valor mais expressivo que o Município recebe de IPTU. Nosso ISS, que era quase 40%, vem caindo. A participação foi para 37%. Esse dado é interessante também para ter em mente. Aqui o nosso quadro do Regime Próprio da Previdência Social. Então, quais foram as receitas até o primeiro quadrimestre do nosso RPPS? De um orçamento de um bilhão, trezentos e quarenta e sete, tivemos de receita trezentos e cinquenta e dois milhões de reais. Nisso entra a contribuição patronal e a contribuição dos servidores do Município. Desse valor, cento e quinze milhões se referem a aplicações financeiras do RPPS. O RPPS pagou de benefícios duzentos e noventa e quatro milhões de reais, então tem um saldo positivo nesse primeiro quadrimestre de cinquenta e sete milhões de reais. As transferências correntes, ou seja, o que temos recebido da União Federal e também dos Estados. A nossa cota-parte da União, do Fundo de Participação dos Municípios, passou de sessenta e sete milhões em 16 para setenta e sete milhões em 2017. Tivemos um incremento de 9.8%, real, de fato, que é expressivo. Isso se reflete numa certa retomada da economia. Mas com relação às desonerações que o Governo Federal, a retomada das desonerações, se é que assim podemos dizer, que o Governo Federal havia promovido nos anos passados. A questão que o IPI era zerado, e sempre dizíamos que se fazia cortesia com o chapéu dos outros. Isso de fato começou a retornar para os Estados e para os Municípios. Aí a parte do SUS tivemos uma queda em termos reais de receita, de duzentos e sessenta e cinco para duzentos e setenta e um. Com a inflação ela representa uma queda real de 2%. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação

caíram de vinte e sete milhões para vinte e dois milhões. Tivemos um aumento na cota-parte do ICMS que recebemos do Estado, mas isso reflete não num aumento da participação do Município de Curitiba no bolo tributário do Estado. Isso reflete aquela antecipação que o Governo Estadual promoveu em janeiro, que foi o cheque extraordinário que veio para o Município em torno de trinta e oito milhões de reais, mas se pensarmos no ICMS, e eu também já tive a oportunidade de mostrar, o nosso índice de participação vem caindo, Curitiba vem perdendo espaço no ICMS, principalmente, porque as empresas que antes estavam sediadas, começaram já algum tempo um movimento de debandada para outras cidades do Estado, a exemplo maior, sempre digo, da Ambev que saiu de Curitiba e foi para Ponta Grossa, representando uma parte expressiva da nossa arrecadação do ICMS. A nossa quota parte do IPVA, embora tenha subido em termos nominais, de duzentos e oitenta e sete milhões para duzentos e oitenta e nove, caiu em termos reais 3.2%. Os recursos do Fundeb aumentaram, porque aumentou também a nossa folha de pagamento com relação ao Magistério, de cento e oitenta e três, para duzentos e doze milhões, subiu 11.9%. Aí temos transferências de convênios, também as outras transferências, com uma queda de 15%. Então, o total das transferências correntes, tivemos também uma queda real de 1.55%, o que é bastante preocupante quando vamos olhar para as despesas, mas vamos chegar lá. Então, nas despesas, o que temos previsto, qual a situação no primeiro quadrimestre, temos uma previsão de despesas correntes de seis bilhões e setecentos milhões para o período de 2017, já realizamos dois bilhões e cento e oitenta milhões de despesas, o que é um incremento real de 10.47%. Esse dado é bastante preocupante, mas, notem, que ele não revela uma estratégia de contenção de despesas, porque é o dado do primeiro quadrimestre. Imaginamos que esse dado possa ser de certa forma ignorado no decorrer do exercício, mas quero deixar claro uma situação também, nesse dado não estão incluídas as despesas realizadas fora do orçamento, que são aquelas despesas sem empenho que apontamos nas nossas apresentações e também seguiu o projeto de alteração da meta fiscal, no valor de seiscentos e quatorze milhões de reais. Ou seja, se o Município de Curitiba conseguir, nós pretendemos que consiga já nesse exercício de 2017 colocar as despesas que corriam fora do orçamento para dentro, naturalmente o valor da despesa corrente vai aumentar. Então, hoje, mesmo artificialmente com algumas despesas fora do orçamento, a despesa corrente continua aumentando. Lembrando que a despesa corrente envolve tanto custeio como também de pessoal. A nossa previsão inicial para as despesas de capital, de setecentos e oitenta e quatro milhões de reais, nesse valor, lembrando que o orçamento já da gestão anterior previa verbas de convênios, inclusive, uma verba para o metrô, PPS de transferências por parte de convênios da união federal, e com recursos próprios desses setecentos e oitenta e quatro milhões, salvo engano em torno de cento e vinte, cento e trinta milhões de reais, provavelmente não vão se realizar. Então, essas receitas de convênios, que a União Federal já disse que em grande parte não deve mandar para os Municípios, provavelmente, sejam frustradas, mas até agora realizamos oitenta e três milhões, o que representa uma queda nas despesas de capital que são os investimentos de 18% comparado a 2016. As nossas reservas continuam de vinte milhões de reais, nós ainda não mexemos nessas reservas, porque as receitas vêm caindo. Então, quando as receitas do Município vêm caindo como pude demonstrar agora há pouco, temos duas providências, temos uma reserva de contingência no orçamento e temos um contingenciamento adicional que foi feito no início do exercício, em torno de quatrocentos milhões de reais, que significam duas coisas, a primeira uma frustração de receita de aproximadamente cento e oitenta milhões de reais e a outra para também fazer frente a uma parte dos recursos previdenciários que não estavam incluídos no orçamento de 2017. Não temos, como já podemos explicar, a previsão orçamentária para

repassar o valor do IPMC para 2017 em razão disso, também trouxemos os projetos de lei que foram apresentados para a Câmara do Plano de Recuperação e parte disso também contingenciamos no orçamento do município. Aí temos as nossas despesas intra orçamentárias também com relação a grande parte ao regime previdenciário, uma previsão inicial, de setecentos e trinta e quatro milhões e um valor até agora realizado de cento e setenta e sete milhões de reais. Então, o total da despesa realizada para o primeiro quadrimestre de 2017, dois bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de reais, excluindo a intra-orçamentária, dois bilhões e duzentos e sessenta e três milhões de reais, o que dá um acréscimo em termos reais de 9% para o Município. Notem que enquanto as despesas de fato vem crescendo em termos reais, as nossas receitas continuam e permanecem caindo em razão ainda dos reflexos econômicos do cenário nacional, mas também da necessidade que o Município tem hoje de se modernizar para arrecadar, para lançar e para cobrar também aqueles tributos que estão em dívida ativa, aquela quantia bastante expressiva no valor de cinco bilhões de reais. Então, das despesas correntes, abrindo um pouco o que significa cada despesa. Despesa de pessoal, uma previsão inicial de três bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões. Lembrando que isso também acompanhou o projeto da meta fiscal, em que mostramos, inclusive, que em razão disso não havia espaço orçamentário para agora, nesse momento, os planos de carreira, e também para o reajuste, a revisão dos servidores do funcionalismo agora no mês de abril. Tivemos uma despesa já empenhada de um bilhão e trinta milhões de reais. Juros e encargos da dívida já empenhamos quinze milhões de reais. E as outras despesas correntes, um bilhão, cento e trinta e cinco milhões de reais. Aí as despesas de capital, que são principalmente os investimentos e as inversões financeiras. Vamos explicar cada um deles agora na sequência. Como investimentos temos uma dotação inicial de seiscentos e cinquenta e seis milhões, frisando que esses valores, muito provavelmente não vão se realizar na sua integralidade, já é praticamente uma certeza. Empenhamos trinta e seis milhões de reais em investimentos. E aqui na verdade é uma verba, praticamente, que são os aumentos de capital para as sociedades das quais o Município participa, notadamente Urbs e Cohab, levaram quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais. E aí temos ainda a amortização da dívida, ou seja, o pagamento dos juros da dívida de quarenta e dois milhões de reais até agora, no primeiro quadrimestre. Aí os restos a pagar. Lembrando que os restos não se confundem com as despesas sem empenho. Nós temos restos a pagar que também não tem a previsão de disponibilidade de caixa. Então, como funcionou isso em 2016 para 2017? Empenhou-se um valor significativo frente uma receita que não se realizou. Então, se abriu o orçamento para que algumas receitas fossem de fato previstas, e para se justificar despesas. Em razão disso, temos dois grandes furos, que são as despesas sem empenho, e que não há cobertura, e os restos a pagar sem disponibilidade de caixa e que também não há o financeiro para pagar. Até agora qual é a situação? Nós temos lá um valor de inscrição de trezentos e setenta e dois milhões de reais, que é a última linha. Cancelamos sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais. Aqui tem uma parte, aqui do Poder Legislativo, na verdade, mas é o demonstrativo que acompanha a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por que foram cancelados os empenhos? Porque eram empenhos em que não havia mais previsão de se liquidar ou de se realizar a despesa. Então, se não há previsão de se realizar a despesa, obviamente por não existir o recurso financeiro em 2017, a ordem, conforme um decreto de 2016, inclusive, é que fosse cancelado. Foram pagos até agora de restos a pagar setenta e oito milhões de reais, isso incluindo aqui uma parte do Poder Legislativo. E um saldo a pagar de duzentos e oitenta e cinco milhões de reais, de restos a pagar. Sem que se confunda isso com as despesas sem empenho. E aqui, rapidamente, para não se tornar um pouco cansativo, as áreas onde as despesas dos restos a pagar, as nossas

despesas, desculpe, estão mais concentradas: aqui com um destaque na parte de saúde, já empenhamos quinhentos e vinte e três milhões de reais; na educação, quatrocentos e trinta e três milhões de reais. São os maiores valores para esse total de dois bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de reais. Aqui é um dado novo. Não tínhamos acesso a isso. Isso não constou do plano da meta fiscal, mas recebemos a informação, e recebemos dos nossos setores de recursos humanos, que o Município também já está devendo uma parte de avanços, horas extras, regimes de tempo, os RITs, enfim, com relação ao período de 2016 e também início de 2017. Por que início de 2017? Porque muitos avanços foram concedidos em 2016 com data de implementação prevista para 2017, mas sem também ter orçamento. Esse é um valor que ainda está atrasado da Prefeitura. Temos um total de um milhão e setecentos e trinta e seis mil, na verdade são três milhões e quatrocentos se somarmos tudo, esse dado precisa ser corrigido ali, e também processos de férias. Essa é uma discussão um pouco mais antiga no município. São dezoito mil processos de férias em razão de um problema técnico que ocorreu em alguns anos do município, acredito que de 2012 para frente, que não se calculou as férias do servidor conforme o mês da remuneração, mas sim o mês anterior. E existe uma lei municipal que prevê que o valor das férias deve ser o valor do mês da aflição e não do mês anterior, que é o mês que usualmente se paga as férias. Em razão disso milhares de servidores ingressaram com processos de revisão no município e esses processos vêm se acumulando e se estima, na verdade é uma estimativa, o número de dezoito milhões de reais. Se imagina em torno de mil reais por processo, embora existam muitos servidores que não tenham esse direito, porque eles não tinham na verdade o mês de aflição diferente do mês subsequente. Isso acaba acontecendo quando o servidor tem um aumento de vencimento no mês de aflição que não reflete o mês que recebeu as férias. Então, para complementar o quadro, temos receitas de dois bilhões, setecentos e cinco milhões para despesas de dois bilhões e duzentos e sessenta e três milhões e um resultado orçamentário, aparentemente positivo, de quatrocentos e setenta e dois milhões de reais. Mas este resultado não computa ainda os valores do resto a pagar, os valores devidos ao IPMC já em 2017, não com relação a dívida, então isso não é aquele estoque que tínhamos, que apresentamos no último quadrimestre de 2016 e o que temos agora. Os restos a pagar de duzentos e oitenta e cinco milhões, IPMC de 2017 de duzentos milhões de reais, mais as despesas sem empenho que, conforme a nossa última apresentação, de seiscentos e quatorze milhões de reais. Então, aquele resultado orçamentário positivo não reflete ainda de forma transparente a realidade orçamentária e financeira do município. Aí a disponibilidade de caixa do município, de um bilhão e trinta e nove milhões de reais, mas metade disso, em torno de quinhentos e trinta milhões de reais são fontes vinculadas. Ou seja, é um dinheiro de consignações, potencial construtivo, medidas compensatórias, que o município não pode dispor, restos a pagar de duzentos e oitenta e cinco milhões, o valor do IPMC e a disponibilidade líquida que, na verdade, são aqueles recursos vinculados, não são recursos de livre utilização do município em sua maioria, de quinhentos e cinquenta e três milhões de reais. Agora, com relação as metas e limites do município. Uma previsão da LDO inicial de trezentos e três milhões, um realizado de quatrocentos e setenta e dois milhões, essa previsão da LDO vai mudar em razão do Projeto de Meta Fiscal, porque temos aquelas previsões de despesas para 2017 que não haviam sido computadas quando se pensou na meta fiscal no passado, temos um resultado nominal de prejuízo de quinhentos e quarenta milhões até agora, total da receita corrente líquida, isso considerando os últimos meses, não o quadrimestre, de seis bilhões, quinhentos e oitenta e nove milhões de reais. Essa receita ainda inclui o FUC - Fundo de Urbanização de Curitiba, mas já trouxemos um gráfico para demonstrar o reflexo da retirada do FUC com relação ao limite de pessoal. Então,

hoje temos com o limite de pessoal, se considerarmos o FUC na base da receita corrente líquida de 44,75%, abaixo do limite prudencial de 51,3% e do limite máximo de 54%. Porém, se trouxermos o FUC, que é o que aparece neste gráfico, aqui já é um relatório gerencial considerando a retirada do FUC da base de cálculo da receita corrente líquida, já que o FUC não é um dinheiro que o município dispõe para pagar salários, o FUC é um dinheiro que entra para o fundo, mas é automaticamente repassado, praticamente em sua integralidade, para o sistema de transporte e para as empresas do transporte coletivo de Curitiba. Então, temos hoje, se considerarmos o valor sem o FUC, um índice de 50.39%, ainda abaixo do limite prudencial, mas já no nível de alerta do Tribunal de Contas. E se olharmos o quadro de 2016 dos últimos dois quadrimestres, a 51.63%, isso no quinto bimestre de 2016 e 51.70% no sexto bimestre, de fato, já teríamos rompido naquela oportunidade o limite prudencial. Ou seja, o município estaria gastando certamente mais do que poderia com despesas de pessoal naquela período. Hoje os valores retornaram para 50.39%, mas de fato é um limite se não preocupante, que merece bastante atenção. Nós também não podemos prever quaisquer movimentos que impliquem um acréscimo muito significativo no nosso limite prudencial, do contrário teremos que tomar as medidas necessárias para retirá-lo. Aliás, no projeto de lei de responsabilidade fiscal que seguiu para esta Câmara Legislativa, existe um pré-limite de 50%, que pensamos justamente para que não atinjamos o 51.3%. Há o 50% que é a situação atual, ou seja, a Lei de Responsabilidade vai sim bater e bater forte nessa atual administração, teremos que reduzir o gasto com horas extras, com contratos, é justamente o texto que seguiu, não me recordo em qual artigo, mas que conseguiu do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal do Município de Curitiba. (slides) Nossos limites com a dívida, que são de fato baixos, temos um limite máximo fixado pelo Senado Federal de 120%, mas estamos e permanecemos há muito tempo no limite de 17.64%. Porém, aqui tem um dado bastante importante. Qual é o perfil da dívida do município e o que aconteceu de 2016 para cá. Temos ali uma dívida que vinha de certa forma estável desde 2016 de novecentos e setenta e nove milhões de reais, ela chegou a cair no quinto bimestre para oitocentos e noventa e oito milhões de reais, mas subiu agora para um bilhão, cento e sessenta e dois milhões de reais. Isto não é a dívida externa. A dívida externa do município permanece da mesma forma como antes, que é a dívida com o BID, com o Fonplata, enfim, mas a dívida interna do município esta sim vem crescendo significativamente de quinhentos e seis milhões no quinto bimestre de 2016, foi para setecentos e oitenta milhões de reais no segundo bimestre de 2017. O que é esse incremento de 54% da dívida interna do município? É aquela dívida que o município deve para o IPMC de duzentos e trinta e três milhões de reais que foi parcelada no exercício anterior, mais os noventa e dois milhões de reais da patronal e do 13º que não foram pagos em dezembro de 2016, acrescidos aí sim de consórcio do lixo, enfim, são dívidas que o município causou por não ter pago as despesas correntes no último exercício. Então, como o município não tinha e ainda não tem capacidade financeira para fazer frente as despesas correntes, ele parcelou. Ao parcelar e jogar para frente parte dessas dívidas, fora aquilo que foi escondido embaixo do tapete das despesas sem empenho, o nosso limite aumentou em 54%. (gráfico) De quinhentos e seis milhões de reais para setecentos e oitenta milhões de reais. Por isso, o município vem gastando com juros. A nossa dívida com o IPMC hoje é uma dívida muito cara. Nós parcelamos em sessenta meses acrescidos de juros de 1% e correção monetária pelo INPC, uma dívida de mais de trezentos milhões de reais. Isso implica que o município vem gastando um valor muito expressivo com amortização desses parcelamentos. O que estamos propondo e ainda dependemos em razão dessa crise política em Brasília, de uma portaria da Secretaria da Previdência, é a expansão desse parcelamento. É uma briga dos municípios em todo o País. O Governo Federal

já autorizou duzentas parcelas para aqueles municípios que devem para o Regime Geral de Previdência, que é o INSS. Curitiba não deve valores expressivos para o INSS, mas Curitiba deve valores expressivos para o Regime Próprio de Previdência, que é o nosso IPMC. Então, imaginamos que agora, até o começo de junho, deva ser lançada essa portaria pela Secretaria de Previdência e vamos poder, mediante autorização também desta Casa Legislativa, aderir a esse programa do Governo Federal de duzentas parcelas, o que de fato vai nos dar um alívio nesse acréscimo expressivo da dívida interna do município. O nosso limite com garantias ainda é um limite bastante baixo, de 3.64%, salvo engano temos uma (inaudível) garantida da Cohab, expressiva apenas. E limites com operação de crédito também ainda há bastante espaço, tanto para operações externas como para operações internas, inclusive antecipação de receita que não é uma operação que o município fez. Alguns municípios têm lançado mão dessa operação de antecipação de receita, que é de fato um empréstimo bancário dentro do exercício para fazer frente às despesas correntes. Não temos a pretensão de fazer essa despesa neste exercício, mas sempre é uma alternativa e temos limites para isso, e ainda há também limite bem amplo para operações internas e externas, já que estamos em zero ponto trinta e dois. Com relação às operações de crédito em negociação do município, temos duas que na verdade se tratam de devoluções de recursos de metas que já foram cumpridas ou que devem ser acrescidas pelo município, que são os Cmeis, existem seis Cmeis ainda em construção, temos uma operação para receber da Caixa Econômica, vinte e dois milhões de reais em recursos livres, isso ainda não está autorizado, estamos negociado com a Caixa, e ainda um saldo da Caixa, do PAC Copa, de vinte e três milhões de reais, e também uma operação do Fonplata, que está ainda em negociação, em torno de cento e cinquenta milhões de reais, mas ainda não há nada, absolutamente, encaminhado ou fechado, apenas uma conversa, apenas uma negociação com o Fonplata. Finalmente, com relação aos índices, também queria esclarecer tanto o índice de saúde como o índice de educação. Estamos na saúde em 16.35%, isso significa que de uma receita base de um bilhão, seiscentos e setenta e quatro milhões, empenhamos, com as deduções e sem contar aquele recurso do SUS, o valor de duzentos e setenta e três milhões de reais. Se contarmos o valor do SUS é muito maior. Mas esse valor ainda vai crescer e vai crescer significativamente. Por quê? Porque não pagamos aquelas despesas sem empenho e que costumeiramente eram pagas pelas gestões anteriores. Então, o que sempre acontecia nos últimos anos no município? Em janeiro e fevereiro, pagava-se com o orçamento, ou se empenhava ao menos, aquelas despesas que ficavam embaixo do tapete, de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano anterior. Esse valor entra para o cômputo do índice do exercício corrente. Os restos a pagar não entram, mas as despesas empenhadas sem cobertura orçamentária do exercício anterior entram. Então, com certeza vamos ter, a partir do momento em que começemos a pagar aquele valor, aquele estoque na saúde, que hoje gira em torno de cento e vinte milhões de reais das despesas sem empenho, um acréscimo bastante significativo no índice tanto da saúde como da educação. Na educação temos em estoque cerca de cento e nove milhões de reais que também vai crescer. Para se ter uma ideia, a cada quarenta milhões de reais, isso contando com as deduções, corresponde a aproximadamente um por cento do índice. Então, se temos cento e vinte milhões, contando que existem muitas deduções, certamente vamos crescer um valor expressivo tanto na saúde como também na educação. Estamos em 23.48%, devemos chegar ao final do exercício em torno de 28%, dependendo também da realização das receitas do município. A apresentação era esta. Agradeço mais uma vez a oportunidade de ter vindo a esta Casa, e continuo à disposição para os esclarecimentos. Obrigado. (Palmas).- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Secretário Vitor Puppi, pela sua explanação. Como iremos proceder as perguntas:

primeiro, os visitantes, que precisam estar inscritos. Se há algum visitante que queira participar, favor fazer a inscrição. Infelizmente, estamos com o nosso microfone sem fio com algum problema técnico, vamos usar o primeiro microfone da última bancada para a realização das perguntas. Posterior a isso, os Vereadores que fazem parte da Comissão poderão fazer suas perguntas, e demais Vereadores na terceira oportunidade, sendo um bloco de três perguntas. Vamos começar, então, com o Sr. Wagner Hauer, do Sismmac.- O Sr. Wagner Hauer:- Vai me dar dor nas costas aqui. Bom dia. Vou levantar aqui.- O Sr. Mauro Ignacio:- Para a pergunta, você pode sentar.- O Sr. Wagner Hauer:- Acabaram de me comunicar que eu não poderia sentar na cadeira do Vereador. Mas, aí, um fala uma coisa, outro fala outra. Daí, vou dar um jeito de falar aqui, já que não somos muito bem recebidos na Casa. Não precisa. Obrigado, Reginaldo. A primeira pergunta, na verdade, quando o Secretário de Finanças coloca que o problema é da gestão anterior, nós entendemos que começou na gestão do grupo político que o senhor faz parte. Então, essas dívidas não empenhadas remontam ao grupo político que hoje administra esta Cidade. É importante fazer essa autocrítica também, Sr. Secretário. Porque o antigo Prefeito herdou dívidas não empenhadas. Mas o que reflete aí os números que o senhor apresentou, uma quantidade muito grande de números em pouco tempo de apresentação, não cabem todas as perguntas que queremos fazer, e inclusive dificulta a compreensão de quem está assistindo. Mas tem um dado ali que o senhor traz que é importante, uma disponibilidade de caixa na Prefeitura de quinhentos e cinquenta e três milhões. Só que, daí, você vai lá e apresenta: "Não. Mas espera lá, tem a dívida do IPMC aqui, e tem outras dívidas como restos a pagar." Só que isso, na prática, não existe. Porque vocês não estão pagando o IPMC. Então, como é que você coloca na conta o que tem que pagar ao IPMC, mas não está pagando o IPMC. Inclusive, desde fevereiro, vocês pararam de pagar sobre os inativos, que é o projeto que tramita na Casa. Queria saber se vocês acham ético já começar a cumprir um projeto de lei que nem foi aprovado aqui na Câmara Municipal, e se esse resultado orçamentário não pode ser revertido para o pagamento dos servidores? Esse resultado orçamentário positivo, ele não deveria estar sendo usado para pagar a dívida com o IPMC, para pagar a dívida que está tendo com os servidores públicos, no seu plano de carreira, como diz a lei, e também na data-base? Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. Vamos ao próximo visitante: Prebianca, do Sigmuc.- O Sr. Roberto Prebianca:- Bom dia a todos. São várias perguntas, dois minutos é um tempo muito exíguo, principalmente depois de uma apresentação tão bem feita pelo Procurador do Estado. A primeira pergunta é nesse sentido: se o Secretário de Finanças e Procurador do Estado se encontra licenciado do cargo dele junto à administração do Estado, por que é que ele continua recebendo o salário do Estado e não o da Prefeitura, em afronta ao Art. 125 da Constituição do Estado do Paraná? A próxima pergunta. O Secretário apresenta vários números, e o papel em branco aceita tudo. Na última apresentação, no bimestre passado, a Receita Corrente Líquida era de 6.5(seis ponto cinco) bilhões; agora ela sobe para sete. E continuamos com queda de receita. A mágica dos números! Tenho um amigo que diz que estatística é a ciência mais mentirosa que existe, com números você prova qualquer coisa. E por fim, gostaria de perguntar ao Secretário, como foi apresentado no balanço oficial, qual é o valor que foi deixado pela administração anterior? Consta da prestações de contas sessenta milhões. Qual foi o valor que ficou em caixa pela administração passada? Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Sra. Irene Rodrigues, do Sismuc.- A Sra. Irene Rodrigues:- Bom dia Srs. Vereadores, Secretário, demais presentes, colegas de trabalho. Vou fazer uma pergunta bem direta ao Secretário. O senhor apontou aí os números relativos a Lei de Responsabilidade Fiscal Federal e mencionou a necessidade da lei municipal, cujo projeto tramita nesta Casa. A nossa pergunta é a seguinte: se já aponta um

número muito próximo do limite prudencial, se a Prefeitura faz o projeto e quer colocar o limite de Curitiba em torno de 50%, por que é que na mesma lei, ao invés de cumprir o que diz a legislação federal, que em caso de atingir o limite, a primeira medida é diminuir o gasto com cargos comissionados, a Prefeitura no mesmo projeto trata de elevar o número, o percentual para o investimento com cargos comissionados? Essa seria uma pergunta e a segunda pergunta, porque me parece que isso é um pouco de contrassenso em relação a toda fala da administração e a sua própria apresentação na manhã de hoje. A outra pergunta que gostaria de fazer é como é que a Secretaria de Finanças está preparada para fazer o pagamento das duas ações judiciais que a gente teve êxito na causa, uma por não pagamento de horas extras, conforme determina a legislação que envolve os servidores da Secretaria do Meio Ambiente, mais especificamente dos que trabalham nos cemitérios e a outra é quanto a devolução dos valores cobrados a maior, com relação a repercussão da gratificação de segurança para os trabalhadores da Guarda Municipal?.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Bom dia aos representantes dos Sindicatos. Gostaria de iniciar com o representante do Sigmuc, que questiona sobre a minha atividade na Secretaria de Finanças, já que eu sou servidor concursado do Estado, sou Procurador do Estado. Isso já reflete a falta, desculpe a sinceridade, mas de cautela em analisar de fato o que acontece juridicamente. Se o servidor está cedido, como é o meu caso, para o Município, por decisão do Conselho Superior da Procuradoria do Estado, decisão também do Governador do Estado, obviamente não estou ocupando o cargo, ao contrário do que foi dito. Eu simplesmente ocupo hoje o cargo de Secretário de Finanças e não de Procurador do Estado. A partir do momento em que há a cessão e o funcionário se encontra em disposição para outro Poder, não há acúmulos de cargos e nem muito menos a vedação que V. Senhoria menciona. Nesse sentido, até gostaria de aproveitar a oportunidade para notificar pessoalmente, oralmente também V. Senhoria, para que retire do site do Sindicato aquela notícia mentirosa que se encontra lá disponibilizada, num prazo de vinte e quatro horas, do contrário eu mesmo pessoalmente tomarei medidas contra o sindicato, com relação a essa informação. No que diz respeito aos recursos, o que recebemos em caixa no Município de Curitiba em 31 de dezembro de 2016, o valor de oito milhões de reais em recursos livres. Desse valor, acrescido de quatrocentos milhões de reais de recursos vinculados. O que são esses recursos vinculados? Acredito que daí já respondo a outra pergunta do Sismmac. São recursos que a Prefeitura não pode dispor, não podemos pegar o dinheiro que é um convênio da Caixa Econômica Federal, de duzentos milhões de reais que se encontram depositados e pagar salário de servidor. Não podemos pegar o dinheiro de cem milhões de reais da contribuição de iluminação pública do Município de Curitiba que se encontra depositada e pagar salário de servidor. Então, não podemos lançar mão desses recursos. E por isso que há um saldo no valor de caixa do Município para fazer frente a essas despesas. Se pudéssemos certamente o faríamos, porque temos uma pressão tanto de credores do Município de Curitiba, como também do próprio funcionalismo, essas verbas atrasadas, como mencionei, agora na apresentação, que não temos a condição desde já de fazer frente. Imaginamos que temos sim recursos para fazer frente ao pagamento de credores até duzentos mil reais. Então, esses credores, uma vez aprovado o projeto que se encontra aqui em discussão, devemos rapidamente adimplir. Acima disso, vamos para um leilão, que é a medida proposta também no Projeto de Lei. E a questão dos servidores, do funcionalismo, precisamos sim ter receita orçamentária suficiente para compor tanto o reajuste como também a questão dos planos de carreira. A parte do IMPC que o Sismmac se referiu, o Município vem sim pagando a contribuição patronal, não pagou a contribuição dos inativos porque entendemos que ela não é, de fato, devida, inclusive esse é objetivo da lei

que já se encontra aqui em discussão nesta Casa. Não tivemos um resultado positivo de fato neste primeiro quadrimestre. Nós temos um resultado orçamentário de quatrocentos e setenta e dois milhões de reais, mas estamos carregando uma despesa, uma dívida do passado muito superior. Então, não se pode, a não ser que eu fizesse da mesma forma, como foi feito em apresentações anteriores, e apresentasse somente o resultado orçamentário. Acho que não condiz com a transparência que temos, e eu sempre que estiver aqui nesta Casa terei de trazer quais são os dados reais que o Município se encontra. Nós ainda temos as despesas de empenho, temos os restos à pagar, temos os valores do IPMC, temos que solucionar a dívida com o IPMC, e por isso contamos sim com a aprovação desse plano de recuperação para que consigamos fechar o ano de 2017. Do contrário certamente não fecharemos. Com relação à pergunta do Sismuc, do limite prudencial e dos cargos comissionados. Tem uma pergunta inclusive acho que é o representante do Sigmuc, da Receita Corrente Líquida. A Receita Corrente Líquida é um dado divulgado para a Secretaria do Tesouro Nacional sob a responsabilidade inclusive da veracidade das informações dos servidores, do Secretário de Finanças, do Prefeito, do Contador do Município. Então, não é o papel aceitar tudo. São dados, são números verdadeiros, sérios e que quem os fornece tem, inclusive, a responsabilidade administrativa e criminal de ser transparente. Então, não se preocupe que os dados são aqueles mesmos que seguiram e que foram apresentados aqui e que seguiram para a Secretaria do Tesouro Nacional. Voltando à pergunta do Sismuc, do limite prudencial e gastos comissionados. Não estamos elevando nenhum limite para cargos comissionados. Esse limite, aliás, não existe. Se a Câmara, inclusive, decidir suprimir esse limite do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, a verdade é que vai ficar sem nenhum limite, vai fiar simplesmente o número de cargos criados já por lei e que já constavam antes desta administração. São em torno de seiscentos cargos em comissão, salvo o engano. Temos preenchidos quatrocentos, aproximadamente. Então, não foram preenchidos todos os cargos em comissão e, obviamente, se houver a ultrapassagem do limite prudencial, vão ser sim tomadas as providências, inclusive com a redução de cargos, enfim, a impossibilidade de reajuste, todas aquelas consequências que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite. Com relação às ações judiciais. Como pretendemos pagar essas ações judiciais das horas extras e da gratificação? Da forma como o Judiciário determinar. Se o Judiciário determinar que se pague com obrigações de pequeno valor, teremos que cumprir a ordem judicial. Se o Judiciário determinar que se pague com precatório, também teremos que cumprir a ordem judicial. Aliás, neste sentido o Município de Curitiba tem um dado positivo: o Município não tem valores expressivos de precatórios a saldar. O Município praticamente se encontra em dia com essas obrigações, ao contrário de outros municípios da República. Então, é interessante nesse sentido que, ao contrário de São Paulo, que tem um estoque de mais ou menos vinte bilhões de reais em precatório, uma dívida quase impagável, Curitiba de fato não tem. Então, se recebermos as ações judiciais, obviamente vamos sim cumprir com a ordem judicial.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado Secretário. Mais alguma participação de algum visitante? A partir de agora teremos meia hora até o final da Sessão. Vamos começar pela Comissão de Finanças, Vereador Bruno Pessuti.- O Sr. Bruno Pessuti:- Quero parabenizar o Vitor pela transparência da apresentação e mais uma vez elogiar a questão da retirada do FUC, como índice para que as pessoas entendam que aquilo se tratava de uma utopia orçamentária que provocava, não só na Prefeitura, mas nos servidores, uma ilusão de que as contas da Prefeitura estavam em dia e nós, há anos, já fazíamos este alerta à gestão anterior. Mas uma notícia que foi divulgada ontem às 22h40min pelo G1, fala sobre a derrubada do projeto do Temer, que ao trecho da lei que muda a regra da cobrança do ISS. A pergunta é nesse sentido, de que forma o quanto isso não vai mais prejudicar, mas facilitar na

cidade a arrecadação do ISS, qual a expectativa da Prefeitura em melhorar a arrecadação com a derrubada do veto pelos deputados e senadores.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado Vereador. Concedo a palavra ao Vereador Dr. Wolmir.- O Sr. Dr. Wolmir:- Senhor Secretário, agradecer a presença do senhor aqui na Comissão de Finanças. Tenho três pontos, primeira, qual a expectativa com repasse do Fundo de Participação dos Municípios e a expectativa também com a possível aprovação da meta fiscal, qual os efeitos e consequências. Eu officiei à Prefeitura alguns dias, recebi uma resposta Ofício 211, de 10 de maio, o questionamento é sobre o ICS, sobre o débito a dívida que foi apresentada, eu recebi como resposta que em 2016 tivemos vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil repasses não entregues, não repassados do exercício financeiro de 2016, começou com quinze milhões. Eu recebi essa informação de 2014/2105, que perfaziam trinta e dois milhões e que também não foi feito o repasse integral de 3.65% do total da folha de pagamento, somente sobre a folha dos servidores. E no final do ano, dezembro, já estava acumulado mais sete milhões novecentos e cinquenta e seis mil. Quero saber qual a atual situação com o ICS, a dívida, o impacto. Muito obrigado!.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado Vereador. Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Bom dia! São vários questionamentos, vou fazer alguns e na sequência vamos ver se é possível responder os demais. Em relação à receita do transporte, analisamos o Portal da Transparência, em abril de 2016 isso significou sessenta e cinco milhões, aproximadamente, comparando o mesmo período abril deste ano, há uma queda para sessenta milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, aproximadamente. O senhor pode fazer uma análise dessa situação, o senhor acha que foi acertada a política de aumento da tarifa? O que a Prefeitura Municipal de Curitiba está pensando ou tem feito para resolver a situação da queda da arrecadação do transporte. Em relação ao Refic, dos contribuintes inadimplentes, qual é a porcentagem que aderiu ao Refic. Qual o montante da dívida que foi renegociado, em relação ao ano passado, e qual o volume que foi renegociado e quanto por cento daqueles que renegociaram as suas dívidas mantêm-se inadimplentes. No período de janeiro até abril quantos novos servidores assumiram seus cargos. Qual o valor total da folha de pagamento em valores monetários, quanto corresponde aos concursados às funções gratificadas e aos cargos em comissão. O que provocou o aumento de despesa nesse período, uma vez que não tivemos nem a data base e nem a implantação dos planos de carreira. Entendo que a culpa não é do servidor. Gostaria, já que o senhor colocou, que há um superávit de quatrocentos e setenta e dois milhões, mas que isso é uma questão contábil e financeira, qual é, efetivamente, neste período até abril o déficit do Município de Curitiba? Além disso, como estão as dívidas junto ao ICS? Quais os valores e de quando são essas dívidas? E para finalizar, em relação à questão do cálculo da receita corrente líquida, existe um aval ou um acordo com o Tribunal de Contas para mudar essa dinâmica do cálculo?.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Sr. Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas. Começando pelas do Vereador Bruno Pessuti, a questão da derruba dos vetos da lei do ISS ontem no Senado Federal, à noite. O que existia antes na lei, o que foi vetado pelo Presidente da República? Alguns serviços, como por exemplo, serviços bancários, administração de cartão de crédito, e outros serviços em que se discutia se a cobrança deveria se dar no local da sede do estabelecimento, ou no local da prestação de serviço, o Presidente vetou esses coletivos que diziam que deveria ser cobrado no local da prestação do serviço, também planos de saúde. E disse que deveria, de fato, se manter a cobrança na sede. O que isso implica para Curitiba com a derrubada dos vetos? Lembrando que a derrubada dos vetos, a princípio deverá ser cobrada no local de prestação de serviço, e não no local da sede do estabelecimento. Só para ter um dado, essas empresas de cartão de crédito, temos duas que representam 98% do mercado, as administradoras

de cartão de crédito estão na cidade de Barueri, no interior de São Paulo. E a arrecadação do ISS de Barueri é um espetáculo. Na verdade, é muito superior que a de Curitiba. É claro que se pensarmos que esse valor pode ser dividido entre os municípios onde as transações bancárias acontecem, vai significar sim um incremento. Para Curitiba, em específico, ainda não podemos calcular o impacto porque se podemos ganhar com alguma coisa, certamente poderemos perder com outras, a exemplo dos planos de saúde. Algumas operadoras estão sediadas em Curitiba, e essa arrecadação que hoje é concentrada no Município deverá, a partir da derrubada desses vetos, ser dividida também com os outros municípios onde o serviço é prestado. Então, é difícil dizer qual que vai ser o incremento, Vereador. Mas eu acredito que não vai ser só uma relação de ganho. Certamente também teremos algum reflexo no que diz respeito a operações que já existem em Curitiba e que vão ter que ser repartidas com outros municípios. Com relação à pergunta do Vereador Dr. Wolmir: o fundo de participação, qual é a nossa expectativa? Com esse acréscimo que existiu no primeiro quadrimestre, esperamos que essa crescente se estabilize e se mantenha. Imaginamos aí que esses 11% de incremento real desse período talvez não tenha um acompanhamento até o final do ano, mas que a gente possa ficar pelo menos aí num acréscimo de 8 a 10%, que já é bastante significativo, já que o fundo de participação representa a terceira maior receita do Município livre aqui em Curitiba. A relação da meta fiscal no cenário atual com os projetos que foram encaminhados. A meta fiscal representa justamente o que se tem de cenário ainda antes da aprovação dos projetos pelo Legislativo. Uma vez aprovados os projetos pelo Legislativo, imaginamos que vamos poder sim passar um exercício aí sim de rever a meta fiscal. Então, desse saldo de dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões de 2017, imaginamos que possamos reduzir significativamente, embora não seja possível automaticamente zerar esse saldo em 2017. Acredito que a gente possa prever alguma coisa em torno de metade desse valor com a aprovação do plano de recuperação nas condições em que ele foi encaminhado para a Câmara Municipal. A questão do ICS, que também é pergunta da Vereadora Professora Josete. O Município atravessou 2016 para 2017 com dívidas com o ICS, salvo engano, em torno de trinta e dois milhões de reais. Essa dívida decorre de valores que não foram repassados para o Município com relação àquela lei das doenças graves, que chamamos assim. Essa lei obriga o Município a indenizar, a repassar ao ICS valores que chegam em torno de dois milhões de reais por mês para cobrir os valores estendidos com doenças pagas pelo ICS ao tratamento de doenças de servidores do município de Curitiba. Essa dívida existe sim, existe uma discussão já com o Instituto Curitiba de Saúde para sanar esta dívida mediante um parcelamento. Existe também uma propositura de um novo regime de viabilidade e sustentabilidade do ICS que passa tanto pelo aumento de participação do município, como também um incremento da participação do servidor no plano de saúde, isso está em discussão ainda no âmbito da Prefeitura. Como se pretende saldar esta dívida? Mediante o parcelamento. Temos uma minuta já de um projeto de lei, inclusive pronta, que deve ser encaminhada à Câmara brevemente para que possamos saldar esta posição que existe hoje em aberto com o ICS. É claro que se o município tivesse condições já teria o feito, mas dependemos também de um parcelamento que não podemos simplesmente passar trinta, quarenta milhões para o ICS. Não temos esse valor de uma vez. E aí já respondendo também, já entrando nas perguntas da Vereadora Professora Josete sobre a disponibilidade de caixa do município em relação ao superavit orçamentário de quatrocentos e setenta e dois milhões de reais. Na apresentação constou ali, até passei um pouco rápido, mas a nossa posição atual é um déficit de treze milhões de reais. Se considerarmos os quatrocentos e setenta e dois milhões de reais com os recursos dos restos, isso sem considerar as despesas sem empenho. Então, se considerarmos as despesas sem

empenho, a posição deficitária sobe obviamente porque não temos os recursos de pronto para fazer frente a esses pagamentos. Sem as despesas sem empenho, temos um déficit, um prejuízo de treze milhões de reais, se somarmos as despesas sem empenho aí sim o valor sobe e sobe bastante. Justamente por isso que pretendemos fazer o leilão das dívidas, como mencionei há pouco. As demais perguntas. A queda dos valores da arrecadação do transporte. É sintomático. É claro que o sistema de transporte que foi pensado em Curitiba, pensa na arrecadação por passageiro e por quilômetro rodado, então quando cai o número de passageiros, cai a arrecadação. O número de passageiros vem caindo, isso é tema inclusive de ações judiciais das concessionárias de transporte coletivo contra a Prefeitura, isso já de algum tempo, uma delas inclusive que proibiu a renovação ou permitiu que as concessionárias não renovassem a frota de ônibus que está hoje na cidade. Então, essa queda de arrecadação reflete justamente isso, o momento em que a tarifa subiu para que fosse possível a modernização desta frota, mas também o afugentamento do número de passageiros. Ele acaba diminuindo também em razão da crise econômica, isso obviamente reflete. Não é de hoje que esse número vem diminuindo, ele não diminui em 2017, ele vem numa decrescente já, desde 2014, salvo engano. Então, é o sistema que foi pensado. Para que isso mudasse teria que se repensar, teria que esperar esse contrato vencer ou se pensar em um novo sistema do transporte coletivo. Hoje, conforme a composição e o contrato que existe com as concessionárias. Não há outra alternativa se não a todo ano fazer praticamente um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em que entram esses custos. Entram os custos de renovação da frota também.- A Sra. Professora Josete:- Secretário, não seria possível a revisão desses contratos ao invés de esperar eles findarem?.- O SR. VITOR PUPPI:- Eu diria o seguinte, esta é uma decisão obviamente do Prefeito, mas não é uma decisão tão fácil de ser tomada, porque o município também não pode sofrer daqui a xis anos os prejuízos de uma ação judicial bilionária por parte das concessionárias. Se isso for feito e se for uma decisão a ser seguida, tem que se identificar: 1) Primeiro, as concessionárias teriam ou não direito à indenização, em razão desses valores que elas aportaram? Não sei. É uma pergunta que eu estou fazendo. 2) As concessionárias teriam ou não direito à expectativa de direito com relação a esses valores que elas poderiam arrecadar nos próximos anos? São perguntas que precisam ser respondidas e não são perguntas fáceis para se pensar em algum caminho, neste sentido de revisão desses contratos. Acho que não é uma medida que possa ser tomada de forma extemporânea ou precipitada. Realmente, ela vai implicar em mudança significativa na Prefeitura. Eu recebi aqui o dado que a receita do Fundo de Transporte, em termos reais, caiu, de duzentos e trinta e oito ela foi para duzentos e quarenta, em termos nominais ela se manteve praticamente a mesma, isso de janeiro e abril, entre 16 e 17. Refic, arrecadamos em torno de trinta milhões de reais com o Refic, só que isso é uma questão que, ao mesmo tempo pode parecer boa e, me desculpe, às vezes eu sou otimista, mas neste caso a realidade também é outra, o Refic se tornou um vício não só em Curitiba como em outros estados e também na União Federal. Estive conversando com o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid e neste parcelamento do INSS que mencionei na apresentação dos municípios, ele foi bem claro e disse o seguinte: "nós não podemos fazer parcelamentos melhores do que aqueles que já foram feitos, porque acabamos incentivando o contribuinte a sempre se acostumar com esse tipo de benesse, vamos chamar assim". Para o município é interessante que esses valores sejam pagos, há inadimplência também. Então, o que acontece com esses trinta milhões, eles já estavam previstos como parte da arrecadação do município. Então, não é um incremento, o Refic acaba não sendo um incremento, ele acaba simplesmente entrando no corrente do município. E não discutindo com o Prefeito, mas a sugestão da Secretaria é que esses parcelamentos sejam a cada vez modificados e que não

contemplem um acréscimo no benefício, porque nós desincentivamos o contribuinte que está em dia com as suas obrigações. Esta é a ideia. Com relação aos novos servidores e as despesas de pessoal, eu não tenho o dado, teria que perguntar para a Secretaria de Recursos Humanos, dos servidores que ingressaram no município no primeiro quadrimestre, até peço que depois informemos a Vereadora. O que tenho é que já está previsto e autorizado a contratação de professores, tanto da educação infantil como da docência I, se possível abriremos no primeiro semestre esse processo, encaminharemos no segundo semestre para suprir esse número de aposentadorias. Também é um problema da guarda municipal, o número de servidores que se aposentam e que vão deixando o serviço. O problema, Vereadora, é que não conseguimos, embora exista um concurso aberto da guarda, chamar essas pessoas, porque não temos condições ainda financeiras de pagar ao final do mês se chamarmos todos ao mesmo tempo. Então, dependemos também de um acréscimo de receita. Num momento em que a receita vem caindo se falar em chamamento é muito difícil, vamos trabalhar com esses professores para não prejudicar os serviços da educação, mas de fato não é tão justificável assim conseguirmos autorizar a contratação de mais servidores se a receita vem caindo. Precisamos recompor não só na guarda, não só nos professores, também nos auditores fiscais, por exemplo, que é a carreira mais próxima da Secretaria de Finanças que também tem uma previsão expressiva de aposentadorias para 2017. Com relação aos novos servidores, vou pedir para que isso seja informado. Com relação ao ICS acredito que respondi, depende ainda de uma avaliação da capacidade do município de pagar, mas isso vai depender também de um projeto de lei a ser encaminhado à Câmara. A parte da receita corrente líquida e do Tribunal de Contas, estivemos no começo da gestão no Tribunal de Contas, o próprio Tribunal informalmente até nos aconselhou a adotar um limite gerencial, sem considerar o FUC. Entendemos que a alteração legislativa simplesmente elimina qualquer dúvida. Se dúvida existia de que o FUC não pode compor a base de cálculo da receita corrente líquida, esta passa, deixa de existir com a autorização legislativa, com a previsão na lei de responsabilidade que diz justamente o óbvio, se é um recurso que o município não pode lançar mão, não é possível que ele componha a base de cálculo de pagamento de credores ou também das despesas de pessoal. Com relação ao aumento das despesas correntes, o que é. Primeiro, obviamente uma inércia inflacionária. Temos hoje no município os contratos que são firmados de prestação de serviços, de fornecimento de bens, todos têm uma cláusula de reequilíbrio econômico financeiro em que estamos negociando, mas em que a recomposição inflacionária do período é praticamente automática. Temos diminuído esses contratos. Diminuímos, por exemplo, o contrato de informática do município. O município dispendia em torno de onze milhões de reais, recontratamos um contrato emergencial até que seja feita a licitação de seis milhões e novecentos mil reais, ou seja, um decréscimo de 30%. Diminuímos contratos de limpeza do município também, e acredito que esse reflexo venha a acontecer no decorrer do exercício. Esse acréscimo que existe no primeiro quadrimestre é natural porque se carrega desde já uma base de negociação, de incremento que foi do final do exercício de 2016 e a gente não consegue simplesmente estancar. Se fosse possível, confesso até que gostaria de fato de cancelar, estancar, mas não podemos paralisar boa parte dos serviços da cidade.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Na sequência, Vereadores Ezequias, Mauro Ignácio e Mário Bobato.- O Sr. Ezequias Barros:- Bom dia, Secretário, bom dia Vereadores e a todos que estão na Casa. Parabéns, Secretário, pela exposição! No quadro que o senhor demonstra, da receita corrente líquida, parece-me que há um equívoco, posso estar errado também, onde aparece 2% menos, parece-me ser 2% mais. O senhor fala e os números mostram que o ICS diminuiu. Claro que seria mais para informação, também depende um pouco da Finanças, mas há uma dificuldade de abertura de

novas empresas e estamos na expectativa de que alguma mudança aconteça para que o cidadão que quer abrir uma empresa em Curitiba tenha alguma facilidade e também para que esse imposto sobre serviços possa crescer. No mais, muito obrigado.- O Sr. Colpani:- Sr. Presidente, para formular requerimento. (Assentimento). Peço prorrogação da Audiência Pública até o meio-dia.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Colpani que solicita a prorrogação da Audiência Pública até o meio-dia. (Pausa). APROVADO. Com a palavra, Vereador Mauro Ignácio.- O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente. Gostaria de indagar, Secretário Puppi, segundo a sua explanação houve uma queda de receita de 5%, aproximadamente, se for nesse ritmo até o final do ano, 20%, imagino, porém há um grande clamor, em função dos projetos que estão nesta Casa, principalmente por parte do funcionalismo, e para que a gente possa entender um pouco mais e aproveitar este momento, o Secretário falou que da Guarda existe uma dívida de quase dois milhões, de demanda do ano passado, promoções, hora extra, etc., pergunto, está previsto no orçamento deste ano esse valor para pagamento? Com relação também ao reajuste da data base, foi previsto no orçamento deste ano em qual percentual? Da mesma forma, a promoção do magistério foi prevista no orçamento deste ano e qual o valor? E também, se fosse paga a data base agora no percentual por lei, o que significaria em valores esse pagamento até o final do ano e se há recursos em caixa disponíveis para esse pagamento? Seriam esses os questionamentos.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente. Bem-vindo à Casa novamente, Secretário e sua equipe. Desejar boa sorte nesse momento difícil, mas tem que se aplicar certos remédios amargos. Eu queria só questionar, Secretário, a possibilidade. Um dos quesitos que o senhor colocou é que o ICMS tem caído porque temos perdido empresas. Existe algum programa de incentivo para atrair novas empresas para Curitiba para tentarmos dar uma dinâmica diferente? E como o senhor já mencionou, o Refic não é uma coisa saudável, mas qual o critério para a gente tentar cobrar os grandes devedores da cidade de Curitiba? Seria nesse sentido. E se existe algum programa para tentar, tivemos algumas conversas com o pessoal do sindicato, melhorar o sistema de arrecadação da cidade. Obrigado e boa sorte!.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. Ainda participando da comissão, Vereadores Sabino e Paulo Rink desejam se inscrever, fazer alguma pergunta? (Pausa). O Vereador Sabin Picolo abre mão. O Vereador Paulo Rink está ausente. Os demais Vereadores que quiserem se inscrever, por favor, podem fazer com o Vereador Mauro Ignácio. Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Agradeço pelas perguntas. Vereador Ezequias Barros, com relação à Receita Corrente Líquida, ela é daquele valor de seis bilhões e quinhentos milhões de reais. Parece-me que ali é o dado já considerando a inflação. Eu teria que rever o quadro, mas fizemos o acréscimo. (Manifestação fora do microfone). Um acréscimo com relação (Manifestação fora do microfone). Perfeito, vamos revisar, para verificar de fato esse equívoco. Com relação à abertura das empresas e à burocracia, o que é que está em curso na Prefeitura? Existe a adesão à Redesim. A Receita Federal, que é quem faz a gestão da Redesim, preferiu atender primeiro o município de São Paulo. Nós estamos aguardando o município de São Paulo ter a adesão já finalizada. E a projeção é que a partir de outubro Curitiba seja incluída na Redesim, e aí a abertura de empresas fique sensivelmente mais expedita no Município de Curitiba. Ao Vereador Mauro Ignácio, a queda de arrecadação. Imaginamos que a nossa frustração de receita prevista, de tributos nossos, de 2017, seja em torno de cento e oitenta milhões de reais. É o dado que estamos trabalhando hoje. Então, daquele orçamento que existia, estamos retirando cento e oitenta milhões de reais, e contingenciando já esse valor. A parte orçamentária e essa dívida que existe, que foi divulgada agora, da Guarda Municipal e do pagamento de hora extra, dos RITs também do magistério, não, não existia

previsão orçamentária. Aliás, se existe um déficit de dois bilhões, ou se existe um déficit orçamentário, todo aquele orçamento que se trabalhava, precisa ser repensado, para se garantir ao menos o pagamento daquilo que é básico, que é, em primeiro lugar, o vencimento dos servidores, e também das empresas, dos contratados do Município de Curitiba. Então, não, nós não tínhamos previsão orçamentária, nem de reajuste, nem de pagamento de horas extras, nem de pagamento dos valores dos planos de carreira; e nós não temos de fato condições financeiras de fazer esses pagamentos agora. É interessante que também se destaque que isso não é uma decisão do Prefeito, é por absoluta falta de condição financeiro-orçamentária que não se faz isso. Aliás, é uma medida desgastante politicamente de se propor, mas não podemos ser irresponsáveis com o Município, porque o que vai acontecer se isso não for aprovado ou se houver a suspensão? Vai acontecer o que a representante do sindicato falou: ações judiciais em que nós vamos, de fato, o cidadão vai pagar a conta desses planos, o cidadão vai pagar a conta desse reajuste, aqui foi concedido sem ter previsão orçamentária, daqui a dois, três, dez, vinte anos. Essa conta vai vir. E é por isso que precisamos de fato aprovar esses projetos. E também, de fato, depois, sim, rediscutir, voltar a implementar, mas ter capacidade, ter responsabilidade para implementar esses valores. Os valores do reajuste e do plano do magistério acompanharam aquele projeto da meta fiscal. Salvo engano, com relação ao magistério, era em torno de cento e oitenta milhões de reais. Mas, gostaria de verificar novamente o projeto da meta fiscal, para dar o dado exato. Mas os dados seguiram nos projetos e podem ser lá consultados, e também podemos encaminhar depois para o Vereador Mauro Ignacio. Vereador Mauro Bobato, Refic. Como que poderíamos repensar essa sistemática que hoje se adota? Eu acredito que com transparência e com o contribuinte já sabendo, de fato, o que vai acontecer nos próximos anos. Se desde já o contribuinte souber que em 2018 haverá ou não o Refic, os termos que existirão, e se nós, num cenário ideal, vamos dizer assim, conseguíssemos projetar quais seriam as condições desses parcelamentos, sempre numa decrescente, claro que o contribuinte, o empresário faz conta, e ele certamente iria calcular o benefício ou não de aderir a esses projetos desde já. Então, acho que essa é uma discussão muito importante de fato, que tem que passar aqui pela Câmara, mas com a mentalidade de preservar a nossa arrecadação corrente e não tornar isso uma prática viciosa.- O Sr. Mauro Bobato:- Desculpe Secretário, existe a possibilidade da Prefeitura encaminhar algum nesse sentido, fazendo essa programação ou cabe ao legislativo fazer? Acho que cabe ao Executivo, existe essa possibilidade?.- O SR. VÍTOR PUPPI:- Existe a possibilidade. Nós já temos discutidos internamente a questão do Refic, é claro no cenário de já asoberbamento das funções da Secretaria de Finanças e aguardando também a tramitação do plano, ainda não temos uma posição, mas a diretriz é essa, que o Executivo repense algum cenário nesse sentido e passe depois ao legislativo para que ocorra também o debate. Os grandes devedores, como que pretendemos cobrar dos grandes devedores, já temos pronto um decreto de protesto desses devedores, também temos uma previsão legislativa aqui na Câmara, do Cadin, a criação do Cadin. E vamos também propor a inclusão desses devedores em cadastro de proteção ao crédito, para que eles, de fato, se sintam obrigados a pagar o tributo para a Prefeitura. Não é justo que um contribuinte pague enquanto o outro simplesmente protela e espera prescrever a dívida ativa, isso acontece há muito tempo, não só em Curitiba, mas também na União e nos Estados. E com relação ao sistema de arrecadação, isso é prioridade número zero da Secretaria de Finanças, precisamos sim, melhorar o sistema de arrecadação. Seguiu também para a Câmara a previsão da criação de uma lei do domicílio fiscal eletrônico, da notificação eletrônica do contribuinte e isso de fato depende de avanços no sistema. O que aconteceu aqui por quatro anos, isso não é segredo, essa evolução ficou estacionada. Existia uma crise com o Instituto de

Informática da Cidade, que não foi resolvida neste período e os melhoramentos não foram feitos, então paramos. Nós precisamos recuperar isso, vamos criar nesta semana um Núcleo de Inteligência e de Sistemas na Secretaria de Finanças, que vai coordenar a implementação desses sistemas previstos na legislação, que esperamos seja aprovada aqui na Câmara, e também de outras medidas de incremento do sistema. Inclusive dessa questão do seu empenho, hoje no orçamento de Curitiba não conseguimos enxergar aquilo que está fora do orçamento, isso é uma queixa também da Vereadora Professora Josete, com relação aos contratos. Nós pretendemos que isso conste dentro do orçamento e isso depende de sistema. Isso sim será feito, já temos estudos avançados com relação a isso e vamos seguir sim nessa direção de incremento do sistema. Eu acho que era isso.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência Vereadora Noemia Rocha, Vereador Goura e Serginho do Posto.- A Sra. Noemia Rocha:- Quero cumprimentar o Secretário Puppi pela explanação, considerando que sou uma das últimas a perguntar, fui contemplada com bastante perguntas que estavam em pauta, para fazer perguntas. Entendemos que é muito técnico, mas quero lhe fazer uma pergunta Sr. Secretário, fizemos a relatoria da desvinculação da taxa de lixo do IPTU, recebemos no projeto uma relação muito simplória dos isentos de IPTU, incluindo, o que me chamou atenção, os seiscentos e vinte e dois hotéis da Cidade de Curitiba, que são isentos mas, enfim, o meu apelo a você se pode nos ajudar neste sentido, é que estamos fazendo, tenho conversado com a Liderança do Governo nesta Casa, de pensarmos numa emenda contemplando baixa renda. Porque são pessoas que não têm o que comer e aí uma taxa fica bem complicada, se existe esta possibilidade. Eu me lembro no aumento de passagem, não ia fazer esta pergunta, mas foi falado em transporte e me interessou. O Tribunal de Contas fez uma multa ao Município de Curitiba, ao Prefeito e à Urbs, como é que está essa questão? Quanto é que está gerando de custo essas multas? E como é que está sendo viabilizado? Você falou na saída da Ambev, mas nós também temos a saída do HSBC que dava aí oitenta milhões de ISS ao Município de Curitiba. Sei que o impacto não foi exato, mas gostaria de saber qual foi esse impacto em relação ao HSBC. Outra questão que fizemos a relatoria de um voto separado, Sr. Secretário, é sobre os credores das dívidas não empenhadas, gostaríamos de ter a relação desses credores, para que a gente pudesse ter uma transparência e pudesse votar neste projeto com mais tranquilidade. Então, gostaria que antes que viesse a esta Casa para a votação, considerando o que passou na Comissão de Legislação o detalhamento dessas dívidas, muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereador Goura.- O Sr. Goura:- Bom dia, saudação ao Secretário, saudação ao Presidente, a comissão e a todos os membros. Secretário três perguntas, a primeira em relação ao ICMS ecológico, se o senhor poderia dar para a gente o detalhamento de quanto Curitiba arrecada nesta categoria? A segunda, o senhor mostrou para a gente do IPVA, que são duzentos e oitenta e sete milhões, correto? Também se existe uma destinação vinculada deste recurso? E, por fim, neste momento como o senhor bem colocou de crise, de dificuldades, por que a Prefeitura não regulamenta o quanto antes os aplicativos no caso do Uber e outros? Estamos vendo, a população está usando maciçamente esse tipo de serviço, e a Prefeitura não arrecada absolutamente nada com isso. Então, a minha sugestão também que a gente agiliza-se, Vereador Bruno Pessuti, tem projeto já em andamento nesta Casa, que isso tenha uma urgência e um tratamento para que a gente adeque o serviço, as necessidades e a regulamentação que isso exige por parte do poder público. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Vereadora Noemia Rocha, agradeço as perguntas e começando pela questão do lixo, que foi a primeira pergunta. O critério hoje de isenção para a baixa renda, é aquele critério de imóveis, porque ele segue o IPTU de até cento e quarenta mil reais ou setenta metros quadrados. Esse critério vai ser abolido de fato,

porque vai ser desvinculado do IPTU, de toda a forma o Prefeito vai sim, já determinou que se faça a isenção para aquelas pessoas menos favorecidas. Então, isso será sim contemplado. Nós estamos estudando os critérios, por quê? Porque depende também da forma de cobrança, então estamos estudando que essa cobrança possa também ser realizada, senão junto com o IPTU, com a conta de água ou com a conta de luz e isso tudo dependendo do mecanismo, a isenção depende de que mecanismo vai se escolher. Vou tentar explicar o porquê, a Sanepar, por exemplo, que já presta esse serviço em mais de noventa municípios no Estado do Paraná, tem o que se chama de tarifa social, que diz respeito a uma isenção com relação ao metro cúbico de água consumida por unidade e os municípios isentam a taxa de lixo em sua grande maioria com relação a esse consumo. Se nós passarmos para um contrato, com uma empresa a exemplo da Sanepar, certamente teríamos que considerar se seria ou não possível uma isenção neste sentido. Se não passarmos, teríamos que passar em outro critério de isenção. De toda a forma, o que quero dizer é que o Prefeito determinou, de fato, e não será efetuado a cobrança de pessoas menos favorecidas, mas isso vai depender de um critério técnico também, porque não adianta fazer a cobrança e também ter a inadimplência do ponto de vista lógico. Então, isso vai ser sim contemplado, não podemos dizer ainda no momento que critério, mas isso está sendo estudado e vai ser definido ao longo desses próximos meses, já para 2018.- A Sra. Noemia Rocha:- Mas cabe então emenda no projeto?.- O SR. VITOR PUPPI:- Acredito que o projeto em si não diz que será cobrado ou não será cobrado. Cabe, talvez, algo no sentido de se prever que algo virá. Eu acho que só o critério, neste momento, seria um pouco adiantado demais, se pensar intempestivo porque não temos o sistema de cobrança definido. Com relação ao transporte coletivo e a questão do Tribunal de Contas, é uma questão que está sendo lidada pela Procuradoria, ainda cabe recurso, existe uma decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu aquela decisão do Tribunal de Contas, então essa decisão vigora, continua permanente até que seja reformada, enfim, acredito que isso se dá na esfera jurídica, não há reflexo financeiro dessa multa imposta té se esgote recursos. E, salvo engano, a multa aplicada foi pessoal ao Prefeito, não foi para o município de Curitiba. O impacto do HSBC, V. Exa. está perfeita, está correta, é mais ou menos isso, em torno de oitenta milhões, o HSBC não deixou não recursos de arrecadação para Curitiba. Se arrecadamos alguma coisa, é muito pouco, é muito insignificante perto do que era arrecadado anteriormente de ISS, por parte do HSBC.- A Sra. Noemia Rocha:- Mas teve aumento de arrecadação com o Bradesco, não é?.- O SR. VITOR PUPPI:- O Bradesco arrecada em Cidade de Deus, lá em Osasco. De fato se pensarmos isso que o Vereador Bruno Pessuti colocou, da questão do ISS, isso talvez venha a ter um reflexo. O que eu diria é o seguinte, participando das reuniões da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças, não se tem ainda um mecanismo de cobrança eficiente e que possa ser lançado de pronto para aumentar a arrecadação, porque essas transações, são milhões de transações que acontecem em cada município. Vai depender também de um sistema, mas aí não só Curitiba, mas acho que o Brasil, para que isso represente um aumento de arrecadação. A parte das dívidas não empenhadas e quem são esses credores? Acompanhou o projeto de meta fiscal, uma relação assinada pelos Núcleos de Assessoramento Financeiro, que aliás eram as pessoas que estavam na gestão passada, que são técnicos, que são profissionais da Prefeitura, são servidores de carreira e que consta essa relação por contrato e por credor, tanto dos credores das despesas sem empenho, como também dos restos a pagar. Então, as dívidas estão lá. Nesse sentido, queria também aproveitar para esclarecer uma pergunta que a Vereadora Professora Josete encaminhou à Secretaria, com relação ao Portal da Transparência, que poderia haver alguma diferença entre o que o portal diz e o que nós trouxemos no projeto. É que o Portal da Transparência não traz a informação

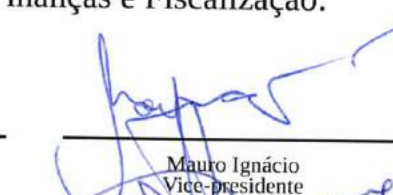
integral dos empenhos em um ano. O que consta no Portal da Transparência é que existe um contrato e esse contrato foi empenhado, mas não significa dizer que houve empenho para os doze meses daquele exercício. Alguma coisa pode constar no Portal da Transparência, inclusive com relação ao empenho, mas não significa que o empenho foi integral do contrato, inclusive às vezes a sinalização é mensal, mas de valores inferiores. Então, se compararmos aquilo que está no Portal da Transparência com aquilo que consta dos núcleos financeiros, vamos verificar que ou os valores não constam lá ou às vezes são um pouco maiores e pode haver essa divergência. Nesse sentido, acho que é bem importante esclarecer. Vereador Goura, a parte do ICMS ecológico. Não tenho aqui os valores que arrecada e também vou pedir a equipe que transmita, mas o que eu posso dizer é o seguinte, uma parte daquele cálculo do ICMS, que é repartido com os municípios, depende das áreas de preservação existentes em cada município. Curitiba vem perdendo também nesse quesito, em relação a parte ambiental. Nesse índice ambiental nos pedimos a Secretaria, quem faz esse credenciamento é o IAP, que verifique se Curitiba está devendo alguma informação, o que foi perdido, porque temos perdido também nessa parte ambiental. ICMS ecológico não tenho os dados, vou pedir para levantar e encaminhar isso, na sequência. No IPVA arrecadamos, nesse quadrimestre, duzentos e sessenta e sete ou duzentos e oitenta e sete milhões de reais, não me recordo. Mas não podemos vincular, por ter natureza de imposto a destinação do tributo. Se fosse taxa, seria vinculada àquela finalidade e o imposto é livre. Então, ele serve na verdade para pagar as despesas correntes de custeio e de pessoal da Prefeitura. O Uber é um assunto em pauta, a Prefeitura tem estudos internos já bastante avançados para regulamentar a questão. Conversei há pouco com o Vereador Bruno Pessuti, que também tem uma ideia muito importante com relação a lei do ISS, que precisamos estudar e vai trazer um acréscimo. São Paulo eu sei arrecadou uma quantia muito significativa com o Uber e eles fazem a cobrança por preço público, então essa cobrança sequer dependeria de lei, poderia ser um decreto. Estamos sim estudando. O Prefeito deve divulgar aí nos próximos dias qual será a resolução com relação não só ao Uber, mas a esses outros aplicativos como Cabify, enfim, que também seguem na mesma linha.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Concedemos a palavra ao Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Primeiramente, cumprimento toda equipe da Secretaria de Finanças e o Secretário Puppi. Uma pergunta que talvez não tenha percebido, é se a não fruição de licença prêmio gera protocolo para que o servidor público receba ao longo da sua protocolização junto à Prefeitura. Algumas informações e alguns servidores já inativos têm nos procurado que, segundo eles, desde 2012 não estão recebendo, ou seja, a parcela destinada anualmente na LOA não está sendo paga integralmente ou se paga uma parte. Então, gostaria, se o Secretário tem essas informações do último ano, e este ano como está previsto esse pagamento de indenização. E as outras duas perguntas na verdade são só uma informação, até para saber como o senhor percebe a ideia de voltar a taxa de contribuição de melhoria. Já falamos isso na última audiência. Então, pergunto se já tem algum estudo avançado. E um pedido que é feito pelos auditores fiscais há muitos anos, e já colocamos para a gestão anterior e não avançamos, a discussão de criar um fundo para a estrutura física e fiscalização para dar mais eficácia na auditoria e fiscalização dos tributos municipais. São essas duas. Como que o Secretário entende, se poderíamos criar esse fundo. E a Câmara tem interesse também, alguns Vereadores - já estivemos em contato com os auditores - têm essa intenção de criar o fundo. Se é possível e qual a sua visão nesses dois casos. Era isso. Ademais, gostaria só de agradecer e parabenizar o seu desempenho ao longo desses cinco meses frente à pasta.- O SR. PRESIDENTE:- Vereador Pier Petruzzello.- O Sr. Pier Petruzzello:- Só a título de encerramento, parabenizar o Secretário Vitor Puppi pelos esclarecimentos.

Lembrando que o diagnóstico da Prefeitura, o diagnóstico de finanças, foi feito um diagnóstico muito profundo, muito aprofundado, muito estudado, mas não adianta se ter o diagnóstico, se não encontrar saídas para a solução. O que vejo do Secretário e de sua equipe é que buscam saídas para a crise, buscam soluções para este momento de crise que todos estamos enfrentando, soluções que muitas vezes passam por medidas drásticas, mas sem dúvida nenhuma, lá na frente vamos reconhecer esse trabalho que hoje, realmente, é muito duro, é muito difícil. Não se está aqui, quem assume uma função como esta assume com muita coragem. É o momento realmente de separar as crianças dos adultos. E quero parabenizar o Secretário por ter montado uma equipe muito boa, uma equipe qualificada, e dizer que conte conosco neste momento, neste momento delicado que a Cidade e o País atravessam, porque é o momento que homens corajosos realmente assumem essas funções, como disse inicialmente, funções estas muito difíceis. Então, apenas parabenizá-lo pela montagem da equipe, porque isso também é gestão, tenho certeza que a Cidade lá na frente vai acabar reconhecendo. Na oportunidade também, Presidente Thiago Ferro, parabenizo-o pela condução. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Vereador Jairo Marcelino.- O Sr. Jairo Marcelino:- Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de perguntar ao Secretário se já existe algum projeto do Prefeito para regularizar o serviço de pirataria do transporte individual de passageiros na Cidade de Curitiba? Não quero citar aqui qual o aplicativo, mas todos os piratas, sabendo nós que esta Casa não tem o poder para fazer um projeto nesse sentido. O projeto tem que partir do Executivo para esta Casa. Então, se já existe algum projeto para regularizar esse serviço de pirataria em Curitiba.- O SR. PRESIDENTE:- Secretário Puppi, suas considerações finais e respostas.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas, agradeço a colocação do Vereador Pier e também pelo apoio, não só dele, mas também dos demais Vereadores com relação aos projetos que tramitam na Câmara. Respondendo ao Vereador Serginho, em relação às Licenças Prêmio, tivemos, em 2016, um milhão e cem mil reais de verba orçamentária e financeira, destinada a pagar essas indenizações. Em 2017 temos dois milhões e quinhentos mil reais reservados para pagar esses valores. O estoque é maior, eu não tenho o número do estoque, mas o pagamento deve se dar a critério da Secretaria de Recursos Humanos por ordem cronológica. Então, acredito que esses pagamentos estejam sendo realizados, mas o que acontece é que, principalmente, em relação a essa mudança do Governo Federal com relação à previdência, houve certa corrida também tanto de aposentadorias como para fruição das licenças. Então, os valores subiram, exponencialmente, nesse período. Vai depender também de um remanejamento orçamentário em 2018 para atender e começar a pagar essas indenizações, porque eles têm direito judiciário e isso tem que ser respeitado. Com relação à contribuição de melhoria, conversei de fato com o Prefeito nesse sentido, existe um projeto do asfalto a ser realizado ou conforme contribuição de melhoria ou conforme aqui ali é asfalto parceiro, em que já existiu antes, isso tem avançado, é uma preocupação porque não arrecadamos nada, zero com relação à contribuição, para não dizer que é zero, parece que tem uma pessoa que paga um parcelamento de contribuição de melhoria. Mas é insignificante e existem municípios, a exemplo de São José em Santa Catarina, que arrecadaram quantias magníficas com relação à contribuição de melhoria. Acho que é um tema que o Município pode avançar e acho um tributo justo, porque tem como base a valorização de imóvel e limitem o custo da obra. Então, de fato é possível e temos que avançar e estamos estudando com relação a isso. O Fundo dos Auditores Fiscais me parece o seguinte: existe no estado um refisco, que é um fundo que é bastante capitalizado, ele bancou boa parte da modernização da estrutura de informática da Secretaria da Fazenda do Estado, funciona. O que se discute hoje e é uma discussão permanente no Brasil, é se poderíamos vincular uma parte da multa ou do auto de infração para esse fundo,

existe uma discussão no Supremo Tribunal Federal com relação aos auditores da Receita Federal, em que há uma vinculação dessa meta ao bônus para o salário, é uma forma diferente de se dizer, o que a Ordem dos Advogados diz é que um estímulo ao auto, à multa. Eu acho que a questão é discutível, mas temos que ter um pouco mais de segurança para avançar. Também está em estudo, não descartamos de forma alguma e precisamos modernizar, acho que qualquer iniciativa, seja fundo, seja acréscimo de recursos para modernização no sistema de arrecadação, é importante, porque vai dar resultado em todo Município, ainda mais no momento de baixa. Com relação à pergunta do Vereador Jairo Marcelino, existem estudos na Prefeitura com relação a esses aplicativos que hoje não estão regulamentados e, de fato, por não estarem regulamentados, estão em desacordo com a legislação vigente. Pessoalmente, minha posição, me parece que esses aplicativos são uma realidade hoje, não só aqui, mas em outros lugares do mundo e que, no mínimo, deve haver uma regulamentação com relação a esses serviços e é isto que está se estudando no âmbito do Poder Executivo. Não há ainda uma definição, mas há sim um interesse em que essa questão avance rapidamente, a exemplo do que perguntou o Vereador Goura. Muito obrigado!.- O SR. PRESIDENTE:- Em razão de ter sido esgotado o tempo previsto, damos por encerrada a presente Audiência Pública. Agradecemos a presença dos Srs. Vereadores, demais autoridades e todos que aqui compareceram. Está encerrada a Audiência Pública.- Do que para constar eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas. A qual será lida e assinada pelos Vereadores membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.- Do que para constar eu, Maicon Rodrigo Penteado, conforme notas taquigráficas, lavrei a presente ata, a qual será lida e assinada pelos Vereadores da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.



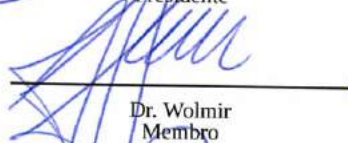
Thiago Ferro
Presidente



Mauro Ignácio
Vice-presidente



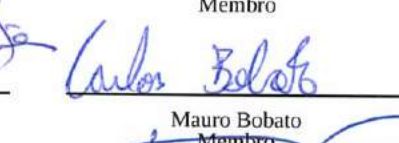
Bruno Pessuti
Membro



Dr. Wolmir
Membro



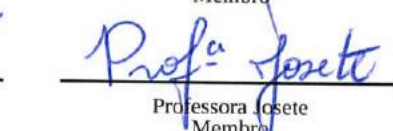
Ezequias Barros
Membro



Mauro Bobato
Membro



Paulo Rink
Membro



Profª Josete
Membro



Sabino Picolo
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

EDITAL

O Presidente da Câmara Municipal de Curitiba comunica que a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a audiência pública prevista no § 4º do Art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal, a ser realizada no dia 27 de setembro do corrente ano, quarta-feira, às 9h, no Plenário deste Legislativo Municipal, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2017.

Palácio Rio Branco, 31 de agosto de 2017.

Vereador SERGIO R. B. BALAGUER
(Serginho do Posto)
Presidente

LISTA DE PRESENCAS: Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, realizada no dia 27 de setembro, conforme edital às folhas 56, referente ao 2º quadrimestre de 2017.

NOME	ASSINATURA	ENTIDADE
1. ANA PAULA	Anapaulandrade	CMC
2. ANA CRISTINA	af	CMC
3. RAFAELLA B. LEMIZZAS	Rafaelle B.	CMC
4. JONNA VITORIA	Jonna Vitoria	CMC
5. SILBERTO LARDE	Silberto Larde	CMC
6. GERALDO DE MELLO	Geraldo	CMC
7. CARLOS MAURO BOBATO	Carlos Bobato	CMC
8. HENRI WIRTSCHKE	Henri Wirtschke	CMC
9. JAIR MANCELINO	Jair Mancelino	CMC
10. MARCOS VIZINA	Marcos Vizina	CMC
11. VIKO ZEGE	Viko Zege	CMC
12. GOUNG FERNANDES	GOUNG FERNANDES	CMC
13. PAULO RINK	Paul Rink	CMC
14. PIER PETRUZZIELLO	Pier Petruzzello	CMC
15. KARLA M. ALTHEIA	Karla M. Altheia	CMC
16. NILTON CORDONI JR	Nilton Cordoni Jr	CMC
17. ARY GIL M. PIOVESAN	Ary Gil M. Piovesan	CMC / SMF
18. DANIEL R. SANTOS	Daniel R. Santos	CMC / SMF
19. ANA CLAUDIA JANTOS	Ana Claudia Jantos	CMC
20. CAROLINA FRO	Carolina Fro	CMC
21. MARCO A. BUSNARDO	Marco A. Busnardo	CMC
22. LERICA M. FREDIANI	LERICA M. Frediani	CMC
23. ANA RÖCKER WOLFF	Ana Röcker Wolff	P.M.C.
24. CARLOS E. KUKOLY	Carlos E. Kukoly	SMF - PMC
25. CLAUDINEI NEQUEIR	Claudinei Nequeir	SMF - FC
26. SÉRGIO M. D. NASCIMENTO	Sérgio M. D. Nascimento	CMC
27. PAVANES	PAVANES	

NOME	ASSINATURA	ENTIDADE
28. Memia Roche	Memia Roche	CMC.
29. MARIA MANFROY	Manfroy	CMC
30. Reto Moraes	Reto Moraes	CMC
31. Julieta Ruiz	Julieta Ruiz	CMC
32. Emanuel Lourenço	Emanuel Lourenço	CMC
33. Katia Dithrich	Katia Dithrich	CMC
34. CECILIA BARRO	Cecilia Barro	CMC
35. Henrique Viana Gotardo	H. Viana Gotardo	PMC
36. Anderson Pedroni	Anderson Pedroni	PMC-SMF
37. Irmene T. Jochinski	Irmene T. Jochinski	PMC-SMF
38. Kimia	Kimia	CMC
39. MARCIO A. HELMOSKI	Marcio A. Helmoski	PMC-SMF
40. Pedro Wettrich	Pedro Wettrich	PMC-TCS
41. Roberto Presiane	Roberto Presiane	SIGMUC
42. Ivonei G. Koalaschi	Ivonei G. Koalaschi	SINFISCO
43. Rujane S. Sobreiro	Rujane S. Sobreiro	SIGMUC
44. Luiz Secchi	Luiz Secchi	SIGMUC
45.		
46.		
47.		
48.		
49.		
50.		
51.		
52.		
53.		
54.		
55.		
56.		
57.		
58.		
59.		